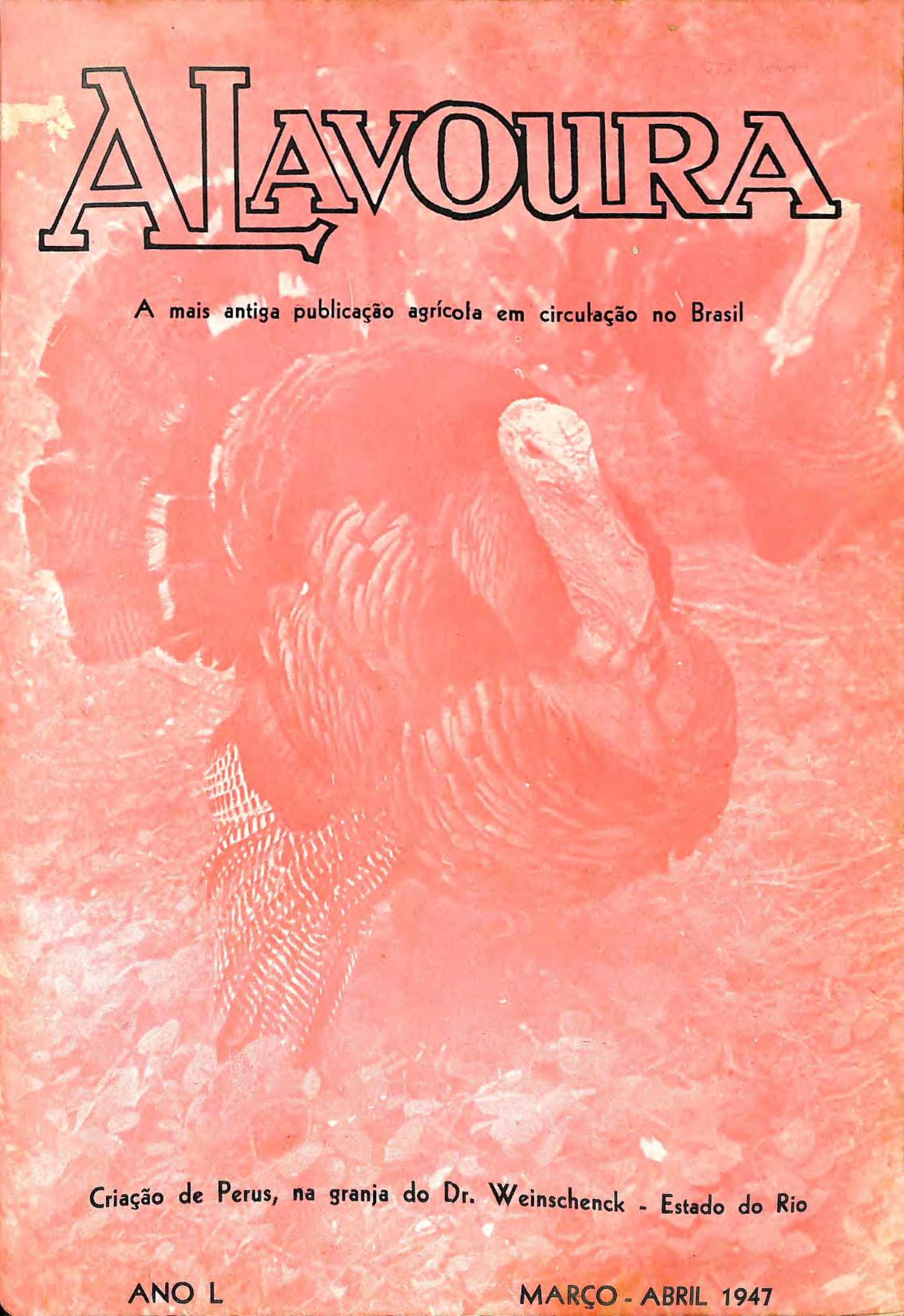


ALAVOURA

A mais antiga publicação agrícola em circulação no Brasil



Criação de Perus, na granja do Dr. Weinschenck - Estado do Rio

ANO L

MARÇO - ABRIL 1947

MOINHO CARIOCA Ltda.

Moagem de cereais montada com todos os requisitos de asseio e higiene exigidos pelo Departamento Nacional de Saúde Pública.



Dispõe de Maquinismo especial para beneficiar qualquer tipo de farinha, diminuindo-lhe o grau de acidez, humidade, tamiz ou qualquer outro defeito.



Compra qualquer quantidade de raspa de mandioca, pagando os melhores preços da praça

TEM SEMPRE EM STOCK:

Farinha de raspa de mandioca. Fubá de mandioca, Polvilho e amido — doce e azedo, para goma e biscoitos.

Resíduo de mandioca: — para forragem



MOAGEM — RUA PEDRO ALVES, 102-104

TEL. 43-1496

Escritório: — Av. Almirante Barroso, 2 s/1304

TEL. 22-9232



Igreja de Bemposta, com suas dependências. Reconstruída e oferecida pelo Dr. Arnaldo Guinle à população local. Pelas suas linhas simples mas harmoniosas esse Templo é mais uma nota alegre a contribuir para os atrativos da pitoresca cidade fluminense.

SUMARIO

	Pag.
A Fruticultura na economia nacional (Arthur Torres Filho).....	3
Sociedade Nacional de Agricultura (Relatório da Diretoria, biênio 1945-46....	6
O pão, arma de guerra (Gal. Francisco de Paula Cidade)	14
Novos sócios da Sociedade Nacional de Agricultura.....	17
A indústria da sêda no Brasil	19
Situação atual e medidas aconselháveis à melhoria da lavoura canavieira de Campos (Agr.º Rui da Silva Pinto)	22
Cultura da fruta de Conde (Eng.º Agr.º Geraldo Goulart da Silveira).....	25
Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello.....	27
19.ª Semana dos Fazendeiros	28
A Sericicultura no Brasil	29
Tecido Popular para S. Paulo	30
Consultas e Informações (Eng.º Agr.º Geraldo Goulart da Silveira).....	31
A Base do Monumento (Valentim F. Bouças)	32
A Sacaria em S. Paulo	33
Informações da E. H. W. B. Curso Avulso de Horticultura.....	34
Cooperativismo de Crédito	35

Sociedade Nacional de Agricultura

FUNDADA EM 16 DE JANEIRO DE 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918

★

Presidente Perpétuo: Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida

Presidente Benemérito: Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes

Presidente de Honra: Dr. Getúlio Dornelles Vargas

DIRETORIA GERAL

Presidente — Arthur Torres Filho
1.º *Vice-Presidente* — Luiz Simões Lopes
2.º " " — Edgard Teixeira Leite
3.º " " — A. de Arruda Camara
1.º *Secretário* — F. Murtinho Braga
2.º " — Adamastor Lima
3.º " — Eurico Santos
4.º " — Cinéas de L. Guimarães
1.º *Tesoureiro* — Kurt Repsold
2.º " — Otto Frensel

DIRETORIA TÉCNICA

Altino de Azevedo Sodré
Antonio Francisco Magarinos Torres
Franklin de Almeida
Enio Luiz Leitão
Geraldo Goulart da Silveira
Iris Meinberg
João Mauricio de Medeiros
Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
Luiz de Oliveira Mendes
Pedro Fontes.

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Ravache	Ismael Cordovil
Alvaro Simões Lopes	Israel Pinheiro da Silva
Anapio Gomes	Itagiba Barçante
Antonio Barreto	X J. C. Belo Lisbôa
Antonio José Alves de Souza	Jeronymo Antonio Coimbra
X Apolonio Sales	João Gonçalves de Souza
Balbino de Souza Mascarenhas	João Tjader
Ben-Hur Ferreira Raposo	José Sampaio Fernandes
Benjamin do Monte	José Solano Carneiro da Cunha
Carlos de Souza Duarte	Landulpho Alves de Almeida
Diogenes Caldas	Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Eduardo Duvivier	Manoel Neto Campelo Junior
Euvaldo Lodi	Mario de Oliveira
Fabio Furtado Luz	Napoleão de Alencastro Guimarães
Francisco Saturnino de Brito Filho	Ormeu Junqueira Botelho
Guilherme Egberto Hermsdorff	Oscar Daudt Filho
Honorio da Costa Monteiro Filho	Paulo Parreiras Horta
Humberto Bruno	Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
	Ruy Carneiro
	Sebastião Herculano de Mattos
	Sebastião Sant'Ana e Silva.

A LAVOURA

ORGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO L

MARÇO - ABRIL DE 1947

A FRUTIFICULTURA NA ECONOMIA NACIONAL

Arthur Torres Filho

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Achamo-nos no Brasil, no que toca à fruticultura, em face de uma grande riqueza econômica ainda em embrião, dadas as ótimas condições naturais oferecidas pelo país. Esta situação precária decorre da falta de organização técnica e econômica. Longe estamos de ter dado demonstração inteligente e perseverante do aproveitamento de nossas possibilidades nesse importante setor econômico. Tudo o que existe entre nós em fruticultura, pode-se dizer, sem exagero, representa desvelado esforço do agricultor, quase sempre sem colher, como é merecedor, o resultado do seu esforço abnegado.

Não se pode pôr em dúvida que o Brasil, com seu clima tropical e temperado, com os mais variados tipos de solo, apresente condições extremamente favoráveis à exploração da "fruticultura". Entretanto, apesar da riqueza das variedades indígenas e exóticas já aclimatadas, o sucesso econômico dependerá de capitais e métodos racionais de exploração e de um aparelhamento moderno de distribuição.

De Norte ao Sul poderíamos obter opulentos e contínuos mercados, vendendo as frutas a preço remunerador e, ao mesmo tempo, ao alcance de todas as bolsas. No entanto, as frutas nacionais são cotadas hoje por preços que as tornam inacessíveis à bolsa do povo, e, às vezes, mais caras que as de procedência estrangeira, sem dar lucro ao cultivador.

Múltiplas causas servem de empecilho ao largo desenvolvimento da fruticultura entre nós, as quais só poderão ser removidas dentro de planificações que garantam a continuidade de ação, sendo problemáticas as medidas unilaterais. É sabido que, em matéria técnica e econômica da produção agrícola, não se podem esperar resultados brilhantes sem a ação do tempo, desenvolvendo-se com esse fim programas bem articulados.

Compare-se, por exemplo, o que se faz em matéria de fruticultura nos Estados Unidos da América e na própria Argentina que nela têm uma preciosa fonte de riqueza, garantindo vultosa exportação, e assegurando à alimentação um recurso hoje considerado pelos higienistas como indispensável à formação e desenvolvimento da raça.

Compare-se, ainda, o que representa para os norte-americanos, por exemplo, a laranjeira, cultivada na Califórnia e Flórida, cuja base repousa na variedade levada da Bahia em 1870, hoje largamente cultivada com o nome de Washington Navel. Entre nós, apesar dos processos de padronização trazidos de lá, o que nos permitiu alargar a exportação, os nossos métodos de cultura continuam rotineiros na generalidade das explorações. Do abacaxi, não conseguimos sair da fase primitiva em que é explorada, enquanto o Hawai fez dele um dos alicerces básicos de sua economia, mediante a exploração intensiva e industrialização, que assegurou a conquista de largos mercados externos.

A banana, cultivada no Brasil, desde os tempos coloniais, fruta comum na mesa brasileira, indispensável à alimentação do povo, encontra no país condições de largo desenvolvimento junto aos porcos. Só o Estado de São Paulo, até agora, conseguiu enxergar essa riqueza, assegurando ao Brasil uma exportação, em larga escala, para o Rio da Prata e Europa, a qual chegou a atingir mais de 12 milhões de cachos, em 1939, no valor de cerca de 55 milhões de cruzeiros, e, nos últimos anos, as safras sofreram grande devastação vindo para menos de 3 milhões. Com a laranja, em grande parte, devido à guerra, tendo alcançado a exportação, em 1939, 5.631.943 caixas, no valor de mais de 120 milhões de cruzeiros, desceu para 1.596.767 caixas, em 1945, no valor de 56.664.185 cruzeiros. As plantações de "citrus" encontram-se comprometidas pelo abandono a que foram relegadas durante a guerra, devido ao fechamento dos mercados europeus, como pela infecção dos pomares por pragas e doenças.

Em 1945 exportamos 116.467 toneladas de frutas de mesa no valor de Cr\$ 122.618.283 e importamos 32.213.447 quilos no valor de Cr\$ 162.783.130. Como expressão do intercâmbio externo vê-se bem que a fruticultura brasileira repousa em bases instáveis e longe está de assegurar à balança comercial os resultados auferidos por outras nações menos favorecidas que nós em recursos naturais.

No consumo interno, pela desorganização dos mercados, o papel das frutas na alimentação, tanto em estado natural, como industrializado, deixa muito a desejar, sendo que esse consumo se acha afetado pelos preços excessivos das frutas oferecidas ao consumo.

Não obstante todos os fatores que permitem entre nós largo desenvolvimento da fruticultura, mesmo das frutas próprias de clima temperado, de que fazemos larga importação (maças, pêras, uvas, pêssegos, etc.) verificamos que esse ramo da nossa produção rural se acha relegado a uma posição precária, atingindo, por isso, muito diretamente a vida nacional.

Forçoso seria pensar-se em retirá-la dessa penosa contingência para dar-lhe bases garantidoras do seu desenvolvimento. Um conjun'ço de providências se impõe não sendo suficientes as de caráter de emergência, nem as de natureza unilateral, sem base em pesquisas econômicas regionais.

Citaremos algumas de caráter geral:

- a) barateamento do custo de produção pelo emprêgo de métodos racionais de cultivo, abolindo as práticas empíricas;
- b) criação de variedades adaptáveis ao meio, que sejam produtivas e resistentes às pragas e doenças pela criação de estabelecimentos experimentais nas várias regiões do país;
- c) organização dos produtores em associações de classe e cooperativas para o abastecimento dos mercados locais e nacionais, que disponham, para esse fim, de conservação frigorífica ou industrialização, a fim de serem evitadas as deteriorações e ao mesmo tempo assegurado o aproveitamento dos excessos de safras;
- d) facilidades de transporte e fixação de fretes módicos, com carros-frigoríficos, deficiência essa lamentável entre nós, prejudicando enormemente a produção frutícola do país e abastecimento dos mercados;
- e) instalações frigoríficas nos pontos de espera e desembarque, onde a deterioração se verifica em larga escala;
- f) a industrialização e a desidratação dos produtos frutícolas, favorecendo-se com auxílios o encaminhamento de capitais para esse fim, em regiões adequadas;
- g) estudar-se e aplicar-se tipos de embalagem e selecionamento das frutas, a exemplo do que já se fez com sucesso para a laranja, o que veio permitir o desenvolvimento da nossa exportação.

Ultimamente São Paulo nos deu o ótimo resultado obtido com o morango, o figo e as uvas no abastecimento dos mercados de São Paulo e Rio;

h) regularizar-se a distribuição das safras de acôrdo com as necessidades dos mercados consumidores, por intermédio das instalações frigoríficas. Exporta-se em larga escala laranjas e bananas sem garantir-se o consumo interno;

i) instalar-se estações de profilaxia de pomares com a produção de inseticidas e fungicidas próximas aos centros de cultivo e favorecer-se, com esse fim, a criação de empresas que se encarreguem de tais trabalhos embora sob fiscalização oficial. É evidente que tôdas essas questões se acham entrosadas e exigem pesquisas seguras locais e regionais para serem postas em execução. Fora dessa orientação será caminhar-se ao sabor do acaso, ficando-se sujeito às oscilações do aumento e diminuição da produção, e os capitais se encaminharão para explorações urbanas mais seguras. O que se passa com a fruticultura é o mesmo que ocorre, em maior ou menor intensidade, com quase todos os demais setores da nossa economia agrária — “falta de organização técnica e econômica”. Fora daí será caminhar às apalpadelas.

Sem dúvida, aplicação de métodos modernos de produção, transportes adequados e organização dos mercados representam as principais bases capazes de assegurarem o desenvolvimento da produção frutícola existente, principalmente nos arredores das cidades onde ela já existe em escala diminuta, representada pela exploração de sítios e chácaras.

Para o seu Gado “APHTOSAL”

TONICO e RECALCIFICANTE

5

das principais vantagens que fazem do “APHTOSAL” o amigo inseparável dos fazendeiros que prezam seu gado e desejam vê-lo sempre SADIO, FORTE E BONITO.

- 1ª — Aumenta a produção do leite, melhorando o seu teor nutritivo.
- 2ª — Ativa o desenvolvimento das crias, recalcificando-as.
- 3ª — Apressa a engorda do gado invernado, aprimorando a carne, conservando o couro são, com pêlo curto e luzidio, mesmo durante o frio.
- 4ª — É um coadjuvante seguro no tratamento das moléstias infecciosas, sem, contudo, ser específico.
- 5ª — Custa pouco e rende muito.

PEDIDOS E INFORMAÇÕES

PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA.

CAIXA POSTAL, 1127

RIO DE JANEIRO

Registrado no D. N. P. A. sob nº 205, de 31-5-1945

Sociedade Nacional de Agricultura

RELATÓRIO DA DIRETORIA H. BIENIO 1945-1946

E' sempre com grande satisfação que, no fim de cada exercício, venho prestando conta, em nome da diretoria, das atividades sociais e dos fatos mais interessantes da vida da Sociedade. E' a ocasião em que a diretoria recebe, dos consócios, o julgamento pelo seu trabalho e, também, a oportunidade de um contato direto com o corpo social. Não foram, talvez, muito retumbantes as nossas atividades, porém, como acentuei já em assembléia anterior, muito proficuas e de resultados e perspectivas muito uteis à instituição, propriamente, e ao seu programa, que é o benefício, o amparo, o desenvolvimento e o progresso da agricultura nacional.

FALECIMENTOS

Cabe-nos, de começo, render homenagem aos companheiros e auxiliares que, durante o exercício, deixaram de existir. Foram eles: Fernando Costa, João Baptista de Castro, José Monteiro Ribeiro Junqueira e Raimundo Fernandes e Silva. Todos eles pertenciam ao Conselho Superior da Sociedade e excusado seria fazer-lhes o elogio, tão grande era a sua projeção no meio em que atuamos. De resto, em sessões da Diretoria e em assembléias extraordinárias, oportunamente, lhes fizemos referências mais pormenorizadas, além de notas na revista da Sociedade. Um outro falecimento que muito consternou a Diretoria, foi o do antigo funcionário desta Casa, Sr. Roberto Dias Ferreira, ocorrido nos últimos dias do ano passado, e que aqui se achava em serviço, como chefe da Secretaria, desde o ano de 1905. Foi uma grande dedicação que perdeu a Sociedade, de cujos funcionários era o decano. A Diretoria, cumprindo um dever de gratidão para com esse leal servidor, tomou a seu cargo e a suas expensas o respectivo funeral. A todos esses dedicados amigos e companheiros, a nossa saudade e o nosso reconhecimento.

DR. MANUEL NETTO COMPELO FILHO

Para uma das vagas abertas no Conselho Superior, julgou a Diretoria acertado indicar o nome desse ilustre patricio, até ha pouco ministro da Agricultura. Fazendeiro e militante do associativismo agrícola, como presidente que foi da Associação dos Plantadores de Cana, compreendeu, logo ao assumir a pasta, o papel importante que representaria para a

lavoura a organização da classe em base associativa. Deu-nos, por isso, todo o seu apoio nos esforços que vimos empreendendo com esse objetivo e, de um modo geral, acatou sempre e sempre acolheu com interesse a palavra desta casa nos assuntos da sua pasta. Foi, pois, uma escolha acertada trazermos para o nosso seio um elemento de tão grande valia, e do qual muito poderemos esperar no futuro.

DR. ISRAEL PINHEIRO DA SILVA

A esse ilustre mineiro faz a Sociedade, com uma resolução tomada na última assembléia geral extraordinária, a justiça de conceder o título de sócio honorário. Antigo secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais, homem dotado de grande espírito público e seguidor de uma tradição politica que teve no seu ilustre pai um dos paradigmas, a sua inclusão, na categoria referida, no nosso quadro social constitui um ato, a nosso ver, de especial significação, além de lhe demonstrarmos o nosso reconhecimento a relevante serviço prestado diretamente a esta Casa.

ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES RURAIS

Este capítulo do nosso relatório precisaria de inumeras laudas para uma descrição completa do que tem sido esse trabalho da Sociedade. Estais todos lembrados de que, na assembléia geral de 25 de janeiro de 1945, havia sido aprovada u'a moção insistindo pela aprovação, pelo governo, do plano de organização elaborado pela Sociedade e substanciado num projeto de decreto-lei, em mãos do governo. Sabemos todos que esse ante-projeto, com algumas modificações, foi transformado no decreto-lei n. 7.449 de 9 de abril daquele ano e que a publicação desse ato suscitou algumas criticas. Como a Sociedade não tinha, como não tem, em mente fazer obra personalista, examinou as sugestões e as criticas e, reconhecendo procedência em algumas delas, foi a primeira a pugnar pela modificação do diploma. Integrando uma comissão de representantes legítimos da classe, e da qual tivemos a honra de ser designados presidente, foi elaborado um substitutivo que, aceito pelo governo, se transformou no decreto-lei n. 8.127, de 24 de outubro do mesmo ano. A comissão elaborou também o regulamento e teve a satisfação de o ver aprovado.

Em virtude mesmo de dispositivo do decreto-lei 8.127, a comissão permaneceu, agora com a função de estruturar e organizar a classe, dentro do referido ato, tendo para isso organizado ante-projetos de estatutos de associações, de federações e da própria confederação, estruturando e promovendo a organização, nos Estados, dos respectivos órgãos municipais e centrais. Pode-se desde já considerar vitoriosa essa organização, mau grado elementos isolados e dissonantes, que procuram, a todo transe, usando muita vez de artifícios, de falsos argumentos — nos quais se vê sempre a má fé e o travo de amargura dos que perdem terreno em posições de falsos líderes da lavoura — deturpa-la e prejudica-la. Felizmente, a grande maioria da classe rural está vendo de que lado se acha a razão e não tem titubeado: sete federações existem já fundadas, algumas em prospera situação, além de numerosas entidades locais e das antigas associações, que se adaptam à lei vigente, desejosas de ingressar e fortalecer o orgam que, brevemente, será instalado para representar, de modo legítimo, sem intromissões e com autoridade, a grande classe rural brasileira. Está com efeito marcada para o mês de abril próximo a instalação da Confederação Rural Brasileira, dentro dos moldes previstos no Decreto-lei N. 8.127. A comissão, por nosso intermédio está já articulando com os elementos dos Estados, o trabalho preparatório, já todo feito e, mercê do apoio de S. Ex. o Sr. Presidente da República, havemos de dotar a classe desse indispensável elemento à sua evolução e progresso.

CINQUENTENÁRIO DA SOCIEDADE

Como é do vosso conhecimento, na referida assembleia de 25 de janeiro foi nomeada uma comissão para cogitar da comemoração condigna do 50.º aniversário de fundação desta Casa. Foi uma grande e inesperada honra para nós presidirmos os seus destinos por ocasião dessa efemeride. Posteriormente foi aprovada, em sessão de diretoria, o programa dessas comemorações: cunhagem de u'a medalha, publicação de um número especial da "A Lavoura", publicação do índice geral da mesma revista, romaria aos tumulos dos presidentes falecidos e sessão solene. Desse estão cumpridos: a cunhagem da medalha e a publicação do número especial da revista, em fase já de impressão e contendo dados históricos, fartamente ilustrados, desse meio século de atividade. O índice está bastante adiantado e tudo faremos para, ainda neste ano, fazermos a sua publicação. Resta a romaria e a sessão solene, que deixamos para depois

de cumpridos certos trabalhos inadiáveis, como a realização desta assembleia, a fundação da Confederação Rural Brasileira, a ultimação do processo da construção da Casa da Agricultura e outros, que têm tomado grande parte do tempo da Diretoria e dos funcionários. Sobre a medalha, devo referir-vos que, por um processo de reembolso a título de indenização do justo valor, poudes a Diretoria deixar à posteridade um magnifico exemplar de peça numismática, despendendo relativamente pouco, embora muito grande fosse a despesa com a cunhagem. Assim, enquanto gastamos com o gravador, o metal e a cunhagem a importância de 24.059,00 cruzeiros embolsamos de donativos dos sócios que as receberam a quantia de 14.252,00 cruzeiros, de forma que, a rigor, até agora, a medalha nos ficou por apenas 9.807,00 cruzeiros. Devemos contudo levar em conta que, tenho sido oferecido um exemplar em ouro massiço ao Chefe do Estado, como é da praxe em tais ocasiões, com um peso e custo aproximado de 140 gramas e 6.000,00 cruzeiros, respectivamente, ainda temos um saldo, visto caso dispomos de uma boa quantidade de peças, que muitos sócios por certo se interessarão por receber. Fazem parte dessa comissão, além do Presidente da Sociedade, os Srs.: João Mauricio, Mario de Oliveira, Luiz de Oliveira Mendes, Otto Frensel, Arruda Camara, Kurt Repsold, Cinéias Guimarães, Joaquim Bertino e Luiz Marques Poliano.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAO BELLO

Essa Escola, mantida pela Sociedade ha muitos anos, é o resultado da transformação do antigo Horto Fruticola da Penha e seu Aprendizado Agrícola (decreto n.º 20.294, de 12 de agosto de 1931).

Apezar dos exíguos recursos de que dispomos, vem a Escola prestando uma valiosa contribuição à expansão do ensino da horticultura em todas as suas especializações.

Inicialmente subvencionada com Cr\$ 100.000,00 anuais, e, posteriormente, com... Cr\$ 150.000,00 anuais, vem ela, com grandes dificuldades, desde 1937, ministrando sem interrupção, duas séries de cursos:

- 1) cursos permanentes;
- 2) cursos temporários.

Visando o preparo de profissionais especializados, mantem a Escola duas séries de cursos:

a) *Cursos Permanente**, especializados no ensino da horticultura nos seus diferentes graus e especializações.

b) *Cursos Temporários*, visando a formação de profissionais nos diferentes trabalhos relacionados com a horticultura.

Os cursos permanentes, que funcionam sob regime de internato, são inteiramente gratuitos e abrangem:

a) Curso de Horticultura; b) Curso de Hortelão; c) Curso de Floricultura; d) Curso de Fruticultura; e) Curso de Jardinagem; f) Curso de Apicultura.

Os Cursos Temporários, também gratuitos, funcionam sob regime de externato, e abrangem:

) *Cursos Rápidos*, sobre vários assuntos relacionados com os trabalhos hortícolas, como cursos de enxertia, de melhoramento de plantas, de defesa sanitária vegetal, de organização de pomares, de viveiristas, etc., ministrados desde 1937;

Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão do Ministério da Agricultura, como os cursos avulsos de Horticultura, ministrados desde 1944;

c) *Cursos de Extensão*, em colaboração com a Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão do Ministério da Agricultura, como os cursos de extensão de fruticultura, grupos A e B, ministrados desde 1946;

d) *Curso Práticos*, em colaboração com o Departamento Nacional da Criança, como os cursos de organização de hortas domésticas, ministrados desde 1945;

e) *Cursos de Monitores Agrícolas*, em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência, como os cursos de horticultura, de indústria rurais, de apicultura, etc., ministrados em 1942 e 1943, durante o período da Guerra.

Os alunos estudam observando, verificam experimentando, argumentam com recursos próprios, interpretam raciocinando.

Os professores fogem das divagações livrescas e orientam as aulas, para o ensino prático-experimental, o único capaz de despertar o interesse, desenvolver a capacidade de observação, ensinar a interpretar, avivar o raciocínio.

O que é básico, deve ficar bem compreendido; a experiência e a leitura ilustrarão mais tarde os alunos.

Os professores deixam que os próprios alunos procurem os exemplos para aquilo que lhes é ensinado.

Não permitem que os alunos aprendam por simples memorização.

Lançam mão de todos os recursos afim de que os alunos interpretem com idéias próprias, os temas que lhes são apresentados.

Os alunos devem primeiro observar e raciocinar, para depois julgar.

Os próprios alunos devem contornar, sem a ajuda dos professores, as dificuldades que se lhes apresentam, afim de que melhor possam senti-las.

Quando erram, eles próprios devem procurar achar a causa do erro, e reptir, de novo, o trabalho.

Os professores ensinam e orientam.

Cabe aos alunos executar o trabalho, encontrar os recursos para contornar as dificuldades, encarar as questões dentro da realidade brasileira.

Para conseguir tais objetivos, o período de trabalho na Escola de Horticultura Veneslau Bello, abrange três fases:

a) trabalhos práticos; b) aulas técnico-práticas; c) estudo em conjunto.

Os trabalhos práticos são realizados pelos alunos, orientados pelos professores e fiscalizados por um chefe de trabalhos práticos.

Cada aluno é obrigado a realizar, no mínimo, quatro horas diárias de trabalhos práticos, compreendendo todos os trabalhos de campo, relacionados com a profissão.

As aulas técnico-práticas, ministradas pelos professores, abrangem preleções, trabalhos de laboratório, execução de trabalhos no campo, julgamento e interpretação de trabalhos experimentais realizados, etc...

O estudo em conjunto, feito à noite, compreende a execução de exercícios dados pelos professores, organizações de apostilas das aulas, revisão da matéria dada, etc.

Tudo quanto realizam os alunos tem influência direta na possibilidade, ou não, de poderem prestar exame.

Só podem prestar exame em 1.^a época, os alunos que:

a) tenham realizado 4/5 das horas destinadas aos trabalhos práticos;

b) nas matérias em que tenham, pelo menos, 4/5 de frequência às aulas dadas, abrangendo preleções, aulas práticas, trabalhos de laboratórios, etc.

c) nas matérias que tenham alcançado média mínima 40, computando-se as notas dadas nas arguições, provas escritas, exercícios, trabalhos experimentais, etc.

Desde 1937, data de sua fundação, até 1946, já foram matriculados 2.137 alunos, assim distribuídos:

Curso Permanente

1938 — 9 alunos matriculados; 1939 — 28 alunos matriculados; 1940 — 47 alunos matriculados; 1941 — 42 alunos matriculados;

1942 — 52 alunos matriculados; 1943 — 59 alunos matriculados; 1944 — 67 alunos matriculados; 1945 — 85 alunos matriculados; 1946 — 51 alunos matriculados. Total — 440 alunos matriculados.

E' a seguinte a distribuição dos 440 alunos matriculados, nos diferentes cursos permanentes:

Alunos matriculados

Curso de Horticultura 107; Curso de Hortelão 138; Curso de Fruticultor 127; Curso de Floricultor 42; Curso de Jardinagem 16; Curso de Apicultor 10. Total 440.

Cursos Rápidos

1.º Curso de Enxertia, 45 alunos matriculados; 2.º Curso de Enxertia 42; 1.º Curso de Defesa Sanitária Vegetal 116; 1.º Curso de Herbários e Museus, 50; 3.º Curso de Enxertia 38; 1.º Curso de Sericicultura 43; 2.º Curso de Sericicultura 65; 1.º Curso de Multiplicação Vegetal 69; 1.º Curso de Melhoramentos de Plantas 29; 2.º Curso de Herbários e Museus 30; 2.º Curso de Melhoramento de Plantas 38; 1.º Curso de Organização de Pomares 38; 1.º Curso de Apicultor 20; 2.º Curso de Organização de Pomares 16; 1.º Curso de Viveiristas 36; 1.º Curso de Botânica Agrícola 33. Total 707 alunos matriculados.

Em resumo, foi o seguinte o número total de matrículas em cada curso:

Cursos de Enxertia 125 alunos matriculados; Curso de Defesa Sanitária Vegetal 116; Cursos de Herbários e Museus 80; Curso de Sericicultura 108; Cursos de Multiplicação Vegetal 104; Curso de Melhoramento de Plantas 67; Cursos de Organização de Pomares 54; Cursos de Apicultor 20 Cursos de Botânica Agrícola 33. Total 707 alunos matriculados.

Cursos de Monitores Agrícolas

Monitores de Horticultura 195 alunos matriculados; Monitores de Industrias Rurais 98; Monitores de Apicultura 84; Total 377 alunos matriculados.

Sendo:

245 matriculados em 1942; 132 matriculados em 1943.

Foram ministrados 12 cursos de monitores agrícolas, assim distribuídos:

6 Cursos de Horticultura; 3 Cursos de Industrias Rurais; 3 Cursos de Apicultura.

Cursos Avulsos

De 1944 até 1946 foram ministrados 5 cursos avulsos de Horticultura, sendo:

1 em 1944; 2 em 1945; 2 em 1946.

O movimento de matrículas nesses cursos, foi:

1944 16 alunos matriculados; 1945 31; 1946 32; Total 79 alunos matriculados.

Cursos de Extensão

De 1945 e 1946, foram ministrados quatro Cursos de Extensão de Fruticultura, sendo dois do Grupo A e dois do Grupo B, assim distribuídos:

1945 — 1.º Curso de Fruticultura — Grupo A;

1.º Curso de Fruticultura — Grupo B;

1946 — 2.º Curso de Fruticultura — Grupo A;

2.º Curso de Fruticultura — Grupo B.

O movimento de matrículas nesses cursos foi:

1945 — 124 alunos matriculados;

1946 — 96 alunos matriculados;

Total — 220 alunos matriculados.

Cursos Práticos

De 1945 a 1946 foram ministrados dois cursos práticos de Organização de Hortas Domésticas, um em cada ano.

Foi o seguinte o movimento de matrículas nesses cursos:

1945 — 173 alunos matriculados; 1946 — 141 alunos matriculados. Total 314 alunos matriculados.

O movimento geral de matrículas, no período de 1937 a 1946, foi, portanto, o seguinte:

Curso de Horticultura 107 alunos matriculados; Curso de Hortelão 138; Curso de Fruticultor, 127; Curso de Floricultor 42; Curso de Jardinagem 16; Curso de Apicultor 10; Curso de Enxertia, 125; Curso de Defesa Sanitária Vegetal 116; Curso de Herbários e Museus 80; Curso de Sericicultura 108; Curso de Multiplicação Vegetal 104; Curso de Melhoramento de Plantas 67; Curso de Organização de Pomares 54; Curso de Apicultor 20; Curso de Botânica Agrícola 33; Curso de Monitores de Horticultura 195; Curso de Monitores de Industrias Rurais 125; Curso de Monitores de apicultura 84; Cursos Avulsos de Horticultura 79; Curso de Extensão de Fruticultura 220; Curso de Organização de Hortas Domésticas 314. Total 2.137.

Profissionais preparados pela Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Desde a sua fundação, em 1937, até 1946 a Escola de Horticultura Wenceslão Bello, já preparou:

Cursos Permanentes

Horticultores 26; Fruticultores 41; Hortelões 48; Floricultores 16; Jardineiros 15; Apicultores 5; Total 143.

Cursos Rápidos

Enxertadores 81; Herborizadores 48; Sericicultores 84; Viveiristas 63; Polinizadores 38; Fruticultores Práticos 30; Apicultores práticos 15; Botânicos práticos 20; Fitosanitaristas 55. Total 434.

Cursos de Monitores Agrícolas

Setor de Horticultura 186; Setor de Indústrias Rurais 85; Setor de Hapicultura 76. Total — 347.

Cursos Avulsos

Horticultura — 60.

Cursos de Extensão

Curso de Extensão de Fruticultura, Grupo A — 52; Curso de Extensão de Fruticultura, Grupo B — 84. Total — 136.

Cursos Práticos

Organização de Hortas Domésticas 314. Em resumo, temos:

Cursos Permanentes 143; Cursos Temporários 1.291. Total 1.434.

O que ainda se pode esperar da Escola de Horticultura Wenceslao

Muito já realizou a Escola de Horticultura Wenceslao Bello, apesar dos exíguos recursos que dispõe para um obra de tão grande vulto.

O trabalho desses nove anos de atividades inteiramente devotados ao ensino da horticultura em todas as suas especializações, reflete bem o interesse e o carinho com que a Sociedade e a administração da Escola, tem dispensado ao problema do ensino profissional horticola.

A LAVOURA

Já na última assembléia vos dei notícias sobre a nossa velha revista, e informei das providências que a Diretoria resolveu adotar para regularizar a saída da publicação. Com tal objetivo, entabou a Sociedade um acordo com antigo funcionário desta Casa, segundo o qual a revista deveria sair com mais regularidade e por menor custo. O acordo está em prática, estando já quase atingido o primeiro daqueles objetivos, pois que, ainda este mês deverá sair o número comemorativo de aniversário da Sociedade, com melhor papel e fartamente ilustrada. Com a saída desse nú-

mero, correspondente aos meses de janeiro-fevereiro deste ano, fica "A LAVOURA" praticamente em dia, estando já em preparo o número correspondente a março-abril.

SESSÕES E ASSEMBLÉIAS

A Diretoria tem realizado numerosas sessões administrativas, consagradas, na sua maior parte, aos problemas da instituição. Muitas outras, reunindo interessados em determinados assunto, têm também sido levadas a efeito, e os seus resultados são conhecidos de todos os consócios, através das providências adotadas e amplamente divulgadas. Como exemplo, citarei as duas últimas, realizadas com os interessados na produção da seda, e com os plantadores de bananas, nesta e na última semana, tendo disso resultado providências tomadas pela Sociedade, através do seu representante, junto ao Conselho Federal de Comércio Exterior.

Realizamos também uma assembléia geral, destinada a habilitar a Diretoria a ultimar, com a Caixa Econômica, o processo de financiamento já ha muito iniciado ali, para construção da Casa da Agricultura, futura sede desta Sociedade. Mais adiante, falarei a respeito desse assunto.

BIBLIOTECA

Graças aos donativos, e à remessa regular de publicações, por parte dos respectivos autores e editores, vimos reconstituindo a nossa Biblioteca. O número de volumes é já apreciável, pensando esta Diretoria em melhorar a sua organização, com a fatura de um catálogo, e a permanente assistência de um funcionário a ela especialmente dedicado. A esse funcionário caberia, também, o serviço de expedição da A LAVOURA, que no momento é feito diretamente pela Secretaria.

CASA DA AGRICULTURA

Na última assembléia geral extraordinária, tive a honra de receber, do corpo social, uma autorização para assinar, com a Caixa Econômica do Rio de Janeiro, a hipoteca necessária ao financiamento da Casa da Agricultura, cujos projetos, plantas, orçamentos e demais papeis, estão ultimados na Prefeitura. Essa autorização, vinda nos termos mais amplos, como se fazia necessário, habilitou a Sociedade a assinar a hipoteca e quaisquer atos e providências relativas a esse financiamento, conforme o exigiu a Caixa, que não julgara suficientes as anteriores autorizações, inclusive a que consta dos Estatutos. Atendeu a Sociedade à exigência, porém, uma outra duvida foi levantada pelo departamento jurí-

dico do estabelecimento: o edital de convocação não declarou, expressamente, que a Sociedade *iria hipotecar* o edifício a ser construído, muito embora ali se diga que a assembléia resolverá sobre “a construção da Casa da Agricultura, sua futura sede, inclusive para *firmar, contratos de financiamento, de construção e outros quaisquer atos e providências necessárias à construção em apreço*”.

Estas minúcias, e outras, tem retardado o início da construção, o que me parece, até certo ponto, favorável à Sociedade. Está-se verificando um certo retraimento bancário no financiamento das construções. Já se percebe uma queda nos preços dos imóveis, o que, fatalmente num futuro próximo, dará em resultado a baixa da mão de obra e, consequentemente, do material e do custo final da construção. Que ao menos nesse ponto nos beneficiem os retardamentos que até agora tem impedido o início da construção.

RELAÇÕES DA SOCIEDADE COM OS PODERES PUBLICOS

Tem sido das mais cordiais e profícuas, as relações da Sociedade com os poderes públicos, principalmente com o Ministério da Agricultura. Durante o exercício, passaram pela pasta os Srs. Apolonio Sales, Neto Campelo, e o atual, Sr. Daniel de Carvalho. Com todos eles, a colaboração da Sociedade se fez sentir e esperamos que continue, em benefício da agricultura nacional. Com o primeiro, demos início aos passos necessários à organização da classe rural, por meio de associações civis. Graças ao seu apoio e entusiástica colaboração, pudemos ver sancionado o Decreto-lei N. 8.127, que trata da matéria e através do qual vamos levando a efeito essa necessária medida de arregimentação da classe. Com o seu sucesor, o ilustre Sr. Neto Campelo Junior, não foram menos proveitosas as nossas relações, não só no que respeita a esse assunto, como nos demais, em que tivemos de intervir e participar, durante a sua gestão. Ao atual, já manifestamos nossos propósitos de continuar a obra, numa audiência que concedeu à Diretoria da Sociedade, e quando lhe expuzemos os nossos designios. Esperamos poder contar com o seu decidido apoio, tanto mais que já o governo, através a palavra do Exmo. Sr. Presidente da República, está perfeitamente de acôrdo com o plano, hoje, aliás, de próprio país, pois que emana de um diploma legal em plena vigência.

Mas, não se tem resumido aos titulares da pasta da produção os nossos contatos com a

pública administração. Por muitas outras formas, em casos especiais, temos agido sempre que se faz necessário, para atender a uma classe, a um sócio que seja.

Além disso, participa a Sociedade de numerosos órgãos de consulta, de orientação, e mesmo de administração pública, como seja o Conselho Federal de Comércio Exterior, onde o presidente da Sociedade representa a classe rural desde a sua fundação, ou seja ha 13 anos consecutivos. Ali temos atuado dentro dos pontos de vista da Sociedade, visando sempre a salvaguarda dos interesses da produção, hoje mais do que nunca envolvidos e prejudicados por outras atividades. Muito grande tem sido a nossa vigilância para não serem maiores os prejuízos que a classe que produz vem sofrendo, neste grande embate — que é a economia nacional, onde, não raros, as outras classes se apresentam mais escudadas, porque mais coesas, em torno de órgãos nacionais, e de instituições de classe a que não falta o espirito associativo, tão falho, inda, infelizmente, nos meios rurais.

Participamos, também, da Comissão Permanente de Exposições e Feiras. Tem sido nosso representante aí o consócio Dr. Alberto Ravache, que se tem conduzido com muita habilidade, ao lado dos representantes das demais classes.

A Comissão Central de Preços, também tem a participação da Sociedade, através a experiência e conhecimento da matéria, de nosso ilustre 2.º vice-presidente, Dr. Edgard Teixeira Leite.

O Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, importante órgão criado no Brasil em obediência ao que dispõe os estatutos das Nações Unidas, tem sido representado pelo distinto companheiro Dr. Luiz Simões Lopes.

Também mantemos representação na Comissão Nacional do Gasôênio, Comissão do Código Rural, Comissão Prmanente de Estradas de Rodagem, Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Aí são nosos representantes, respectivamente, o Dr. Carlos de Souza Duarte, o presidente da Sociedade e o Dr. Adamastor Lima; o Dr. Roberto David de Sanson e ainda uma vez o Dr. Edgard Teixeira Leite e o Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho. Também na Comissão de Prioridades, na Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, a Sociedade mantém um representante da lavoura. Essa representação tem trazido à classe inumeros benefícios, como é facil de imaginar, graças, em grande parte à atividade e dedicação do Dr. Edgard Teixeira Leite que, como vêdes, tem de se dividir

para atender a tantos e tão afanosos encargos. A todos êsses ilustres e dedicados companheiro deixo aqui, de público, os agradecimentos da Diretoria, pelos relevantes serviços.

SEDE ATUAL DA SOCIEDADE

O meio pavimento em que temos hoje as nossas instalações foi adquirido, ha tempos, para que pudessemos atender às necessidades crescentes dos nossos serviços, enquanto não construirmos a sede definitiva — a Casa de Agricultura. Temos fundadas razões par crer que foi uma iniciativa acertada, a compra do imóvel, não só porque pudemos instalar a Sociedade já com certa dignidade, como porque já se pôde contar com uma razoavel valorisação, dado o relativamente baixo custo da compra. Até aqui, funcionou em duas salas do terceiro grupo a Comissão Nacional do Gasogênio. Está a Diretoria tratando de alugar essas duas dependências, porque todos os serviços estão perfeitamente acomodados nas 7 salas restantes, e assim será possível a obtenção de uma renda anual de cêrca de 40.000 cruzeiros.

REUNIÃO BRASILEIRA DE RURALISTAS

Na última assembléia geral extraordinária vos dei notícia do audamento que ia tendo esta iniciativa da Sociedade. Acolhida entusiasticamente pelo Sr. Presidente da República, prometeu-nos S. Exa. um auxílio financeiro, afim de a levarmos a efeito. Este auxílio, contudo, não poudo ainda ser votado e a idéia ficou, em parte prejudicada. Como fecho dessa "Reunião", e após debatido e estudado o seu temario, sintelico porém oportuno, seria ela coroada pela fundação da Confederação Rural Brasileira. Não pretendendo e nem sendo aconselhavel protelar por mais tempo e aparecimento daquele necessário órgão da classe, deliberou a Diretoria, de acôrdo com os demais interessados (associações, federações e membros da comissão de organização rural), a fundação da Confederação em 18 de abril próximo, deixando-se para mais tarde a "Reunião", que será, afinal, um congresso lidimamente de ruralistas. Isto não impedirá que, dias antes da instalação, e com a presença dos delegados dos Estados e mais pessoas interessadas, debatamos vários aspectos urgentes não só da organização da classe, como da agricultura em geral.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Tanto em 1945 como em 1946 recebeu esta Sociedade o auxílio de 100.000 cruzeiros

do Govêrno Federal. Esta verba, e mais o produto das anuidades, juros de apólices e rendas eventuais, forneceram à Diretoria o necessário para a manutenção dos serviços. No ano passado, a renda foi maior de mais de 20.000 cruzeiros que a de 1945. Contudo, maiores foram também as despesas, de forma que o saldo esteve em proporção. E' de notar que a Sociedade, como autora do plano de organização rural, e tendo como seu presidente e secretário o presidente da Sociedade e o redator da "A Lavoura", Sr. Luiz Marques Poliano, tornou-se naturalmente a sede dos respectivos trabalhos, até porque os demais componentes, à excepção do Dr. Antonio de Ardua Câmara, residem em São Paulo, em Minas e no Rio Grande do Sul. A articulação do plano de organização agrária, assim, tem contribuído para o aumento dos gastos da Sociedade, principalmente na rubrica de despesas gerais. E' uma despesa que a Diretoria tem feitas com satisfação, porque, com ela, se está trabalhando ativamente pelo Brasil.

Quanto ao patrimônio da Sociedade, a situação é de franco otimismo. Deixando o ano de 1945, porque o de 1946 reflete a situação do patrimônio social em dezembro último, temos a notar as seguintes parcelas, que muito bem dizem do empenho que a Diretoria tem posto para tornar solida a situação da Sociedade que, evidentemente, está em função dos recursos de que disponha para os seus serviços. De apólices, dispomos de 120.592 cruzeiros; as terras do Horto numa avaliação baixa, estimam-se em 2.222.200 cruzeiros; em caixa, havia em 31 de dezembro mais de 10.000 cruzeiros; a conta de construções e benfeitorias do Horto vai, além de 700.000 cruzeiros; no Banco do Brasil, em várias contas, dispomos de mais de 1.300.000 cruzeiros, dos quais temos de deduzir cerca de 400.000 cruzeiros, para despesa e final de pagamento do meio pavimento que ocupamos, valendo o terreno que nos foi doado pela União e o imóvel que ocupamos nada menos de 5.250.000 em conta redonda. Tudo perfazendo cerca de 10 milhões de cruzeiros, que é em quanto se cifra o atual patrimônio social.

Todos estes elementos, e outros de que necessitardes para a avaliação e verificação das nossas contas, estão à vossa disposição na Tesouraria.

Um aspecto das nossa finanças, que convém salientar, é que a Diretoria, embora tendo em conta aberta nos bancos uma apreciável disponibilidade, não tem aumentado, sinão algumas rúbricas, como a de ordenados, até em parcelas mínimas, a despesa social. E

uma grande diminuição se verifica, com o saldo resultante de vagas não preenchidas.

Devo, por último, pedir a vossa atenção para um aspeto que me parece de grande oportunidade e, se fôsse o caso, a vossa deliberação.

Pelo Decreto-lei N. 662, de 1 de setembro de 1938, foi a Sociedade autorizada a alienar até 20 hectares (200.000 metros quadrados) de terrenos do Horto da Penha. Ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários, por escritura de 27 de janeiro de 1941, vendeu 190.008 metros quadrados, pela importância de 852.034.440,00, dispondo, portanto, ainda, de uma área de 9.992 metros quadrados de terreno alienável.

De 1941 para cá, o preço por metro quadrado nesa zona aumentou consideravelmente. Tem-se uma idéia desse aumento pelos anúncios da imprensa, que vão até mais de 150.00 o metro quadrado. A Sociedade, portanto, dispõe, dentro daquela metragem, de uma larga faixa sobre a Avenida Brasil, a qual poderia ser loteada e vendida parceladamente, com o que se poderia obter mais de 1.500.000,00 cruzeiros. Quanto à aplicação dessa verba, seria ela destinada às instalações da "Casa da Agricultura" e, mesmo, na diminuição de amortização e juros do empréstimo que vai ser contratado com a Caixa Econômica.

São estes, em linhas gerais, os principais assuntos que julguei de interesse trazer ao vosso conhecimento. Para um estudo mais permenorizado da gestão que findou, são muito elucidativas as atas das sessões e das assembléias, e as publicações na "A Lavoura", e que, tudo, e encontra à vossa disposição.

Resta-me agradecer a dedicada colaboração dos companheiros da Diretoria e o apoio e desvanecedora confiança com que o corpo social tem acolhido as iniciativas e as decisões da Diretoria.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1947.

Arthur Torres Filho, presidente.

Société de Sucreries Brésiliennes

USINAS DE AÇÚCAR E ALCOOL

EST. DO RIO	e	EST. S. PAULO
CUPIM		VILA RAFARD
PARAISO		PIRACICABA
		PORTO FELIZ



Av. Rio Branco 1 — Salas 801/4
RIO DE JANEIRO



Rua Barão Itapetininga, 88 - 9.
S. PAULO



*Não perca
tempo e trabalho!*

**A COLHEITA É
CERTA COM AS
SEMENTES DA**

Dierberger Agro-Comercial Ltda.

R. LIBERO BADARÓ, 501
CAIXA POSTAL 458
SÃO PAULO

**Ferramentas e apetrechos
para Jardim, horta
e pomar**

IMPORTAÇÃO DIRETA DE

Arsênico branco sueco,
Arseniato de chumbo rosado, americano
Sulfato de cobre, inglês
PULVERIZADORES, BOMBAS, etc.
PEÇAM OFERTA

O PÃO, ARMA DE GUERRA

O artigo que, com a devida venia, transcrevemos da edição de 2 de março do "Jornal do Comércio", é da lavra do Sr. General Francisco de Paula Cidade.

De tal maneira ecoaram na Sociedade Nacional de Agricultura os conceitos e opiniões ali emitidas pelo ilustre militar, que a Diretoria resolveu fazer inseri-lo na "A Lavoura", tendo ainda o seu Presidente, Dr. Arthur Torres Filho, procedido à leitura do mesmo na sessão do dia 3 do Conselho Federal do Comércio Exterior, na sua qualidade de representante das classes rurais.

Eis o artigo:

"Até hoje não temos prestado atenção ao coordenar nossos meios de ataque e de defesa, ao papel que o trigo há de representar em qualquer guerra em que nos vejamos envolvidos.

O fato do Brasil não produzir o pão de que os seus habitantes dia a dia se mostram mais aváros, não pode deixar de ser tomado em consideração pelos nossos mais prováveis adversários, ao traçar seus planos de guerra. A recíproca também há de ser verdadeira: ao alinharmos os nossos meios de defesa, não deveríamos esquecer o fato importantíssimo que para nós é o pão, em todo plano de guerra. A última luta, apesar de ter sido travada longe do território nacional, evidenciou a importância do problema.

Não há dúvida de que se trata de assunto complexo e que por detrás da cortina estão os interesses da finança internacional, conjugados a discretos interesses de outros países com que possamos um dia entrar em guerra.

Os órgãos burocráticos têm falhado na solução do problema e todos os seus esforços só devem ter merecido um dar de ombros de seus temíveis adversários. Parece então que nos achamos em face de um perigo nacional, que está a pedir contra-medidas à altura da situação.

Antigo oficial de Estado Maior, quero lembrar a providência de entregar ao Exército o encargo de dar aos brasileiros pão brasileiro. Não quero criar batalhões de lavradores, o que seria absurdo. Sugiro, porém, que dentro de normas em que cooperem técnicos civis, nacionais e estrangeiros, caiba a direção suprema da campanha do pão ao Exército, que atuará por meio de elementos seus, diretamente subordinados à presidência da República.

Já sei, porque os conheço e conheço bem os seus métodos, que os interessados em manter a situação atual vão dizer que isso é uma ofensa ao Ministério da Agricultura, uma coi-

sa nunca vista, um passo errado... Certos e honestos, só eles, os que vivem à tripa-fôrra, de braço dado com o capital estrangeiro!

Para mostrar a sem razão em que se acham enredados os defensores ocultos da situação trigueira catastrófica em que nos debatemos, não é preciso ir além do que se passou e do que está se passando com a siderurgia e com o petróleo. O Sr. Getúlio Vargas, se quis vencer na luta contra os cartéis estrangeiros, confiou a militares a solução desses difíceis problemas. Criou o Conselho Nacional do Petróleo e entregou a sua chefia a generais.

Riram-se certos incredulos, atrás de cuja ingenuidade, porque no Brasil não há desonestos, se escondiam os interesses dos grandes trusts do mundo tenebroso do petróleo. Horla Barbosa e João Carlos Barreto deram-lhes a resposta. O primeiro havia sido chefe da 2.^a Sub-chefia do Estado Maior do Exército e o segundo, oficial de Estado Maior.

A partir do momento em que o petróleo jorrou em Lobato, só ficou ao capital estrangeiro o recurso de se aliar a um ou outro elemento que possa pôr um pouco de areia nas engrenagens... O Exército deve orgulhar-se da parte que tomou nisso, pois dou o meu testemunho dos esforços do Estado Maior, longos e persistentes, discretamente conduzidos, para a solução do problema.

A siderurgia é outro caso semelhante. Como oficial de Estado Maior ouvi de boca de técnicos ilustres, dos quais nunca fiz, nem faço, um mau juízo, a condenação da grande siderurgia nacional dada a qualidade de nosso carvão fossil. Era desalentador saber-se que a quantidade de enxofre de nossos carvões era tal, que com eles só poderíamos obter um ferro sulfuroso, difícil de purificar, impróprio para a maioria dos fins que tínhamos em vista.

E assim passaram-se anos de luta em que o Estado Maior não levava a melhor, numa corrida em que por detrás da ingenuidade nacional havia de estar muitas vezes o interesse dos cartéis estrangeiros. E se o Estado Maior, com as forças armadas coesas atrás de si não podia vencer a batalha, que se poderia esperar do Ministério da Agricultura?

Empenharam-se nesse luta muitos elementos militares, mas os esforços, nem sempre concordantes, dos generais Paes de Andrade e Meira de Vasconcellos, servem bem para dar idéia da importância que o problema sempre teve para o Estado Maior do Exército. O governo Getúlio Vargas confiou a técnicos de que a chefia coube a um oficial de Estado Maior, igualmente um técnico em metalurgia, a solução do problema. O Coronel Macêdo Soares, verdade que lutando com dificuldades que todos sabem de onde vêm, conseguiu levar a efeito o empreendimento

de Volta Redonda, que aí está, mas que em-hora incompleto, já pode talvez servir de partida de outros de igual jaez, ou mesmo de maior vulto.

Se assim tem sido em dois dos mais difíceis setores da vida econômica do país, por que não se seguir o mesmo caminho no terceiro, confiando ao Exército a batalha do pão?

O Brasil tem, em números redondos, ... 8.500.000 quilômetros quadrados. Dessa imensa superfície, apenas pequena parte está incorporada ao ecúmeno. O resto, como propriedade nominal do Estado ou de particulares, jaz desaproveitado. Essas terras estendem-se de 5.º de latitude norte a mais de 32º de latitude sul. As qualidades das terras diversificam-se imensamente, graças às diferenças de suas gêneses; as variedades das formas do relevo, com altitudes que oscilam entre a cota zero e mais ou menos 2.000 metros, provocam praticamente o deslocamento das latitudes, numa verdadeira marcha para o polo, de modo que os calores tropicais são abrandados, o que permite encarar a cultura de cereais dos climas temperados nas zonas centrais do país.

Tudo isso parece indicar que é possível produzir o trigo do Rio Grande do Sul até São Paulo, Minas e Goiás. E por que nunca se fez isso, se há mercado certo para mais de 3.000.000 de toneladas? E' bem difícil encontrar explicação satisfatória, fora do círculo tenebroso dos negócios internacionais do trigo. Quem não se lembra do escândalo parlamentar provocado pelo deputado Vergara, quando trouxe para a Câmara uma denúncia grave a respeito da interferência de cartéis internacionais na produção brasileira do trigo? O acusado foi absolvido por uma comissão parlamentar, por falta de provas. Admitamos, pois, que o acusador, o Sr. Vergara tenha sido iludido na sua boa fé, uma vez que se trata de um homem honrado e de um patriota acima de qualquer elogio que se lhe faça. Mas, o fato não deixa de ser significativo.

Seja lá como for, a verdade é que a experiência a que acaba de ser submetido o povo brasileiro, relativa ao trigo, permite-nos concluir, observados os terríveis efeitos que a falta desse cereal produziu sobre o morai das massas brasileiras, que é preciso, enquanto é tempo, opôr força à força, se se quer vencer nesse setor, afastando um grande perigo que nos ameaça no caso de outra guerra, que ninguém ao certo poderá dizer de que lado vem.

Verdadeiro caso de salvação nacional!

Mas, produzir trigo, não quer apenas dizer plantá-lo e colhê-lo. O ciclo econômico de qualquer indústria só se fecha por intermédio dos dois extremos, que são a produção e o consumo. Isso significa que há dois problemas conexos, mas que devem ser estudados e resolvidos separadamente, por técnicos especializados em operações diferentes.

Vejamos. A produção assenta na propriedade do clima, na escolha das terras (compo-

sição química, etc...), isso porque todo cereal tem as suas exigências. Envolve ainda a questão dos braços e, modernamente, a dos meios mecânicos.

Até hoje, o cultivo intensivo do trigo se localiza em seis zonas ou regiões geográficas: S. E. da Europa, Argentina-Chile. N. dos Estados Unidos. S. do Canadá. N. O. da Índia S.E. da Austrália. Todas essas regiões se aproximam dos 40º de latitude, nos dois hemisférios, isto é, são zonas climáticas temperadas e subtropicais, com uma quadra quente e outra fria, bem pronunciadas. Como a altitude sabidamente compensa a latitude, teremos no Brasil provavelmente duas zonas tri-gueiras: o Rio Grande do Sul e os planaltos, ou seja, mais ou menos metade do país.

O problema da produção vai defrontar-se com numerosas dificuldades, que é preciso encarar por partes, dividindo-as frequentemente noutras menores, de acordo com a conhecida regra de lógica: terras adequadas, sementes de variedades que mais convenham às condições locais, inclusive temperatura e humidade, mão de obra habil e suficiente. A escolha das terras é resolvida em parte pelos laboratórios, em parte pelos campos experimentais. Não sou técnico, mas não me parece que encerre dificuldades maiores. São ainda os campos experimentais que vão dizer das variedades que mais convêm. O problema mais difícil é o da mão de obra, que neste momento a imigração selecionada deve proporcionar. Um corpo de técnicos assistentes guiaria os colônos no emprego dos processos da agricultura mecanizada e se encarregaria, nos primeiros anos, da manutenção das máquinas.

Para evitar que essa colonização fracasse devido à desonestidade administrativa de certos funcionários (que noutros tempos e em certos lugares saquearam os colônos), criaria-se desde o começo, a cooperativa, através da qual os próprios produtores cuidassem, apenas satisfeitos pelos órgãos governamentais, de seu interesses.

Mas, já vimos que produzir não é tudo. E' preciso elaborar o produto e leva-lo ao consumidor. A elaboração poderia ser partilhada entre os moinhos existentes e outros moinhos que o serviço do trigo criasse, que no campo industrial exerceriam função reguladora, que evitaria o escorchamento do produtor e do consumidor, além da asfixia da produção. Em caso de necessidade, nessa luta de vida ou de morte, o governo encamparia alguns moinhos já existentes, associando em sua direção, e até em seus lucros, os próprios empregados.

Finalmente, os problemas cruciantes do transporte e da distribuição do trigo. Aqui residiriam talvez dificuldades enormes. Mas, cousa alguma seria deixada ao acaso ou para a última hora. Órgãos especializados, antes das safras elaborariam todos os planos para o transporte e armazenamento do grão, construindo modernas instalações nas regiões produtoras e nos pontos de distribuição.

Os núcleos produtores — se não mentem as leis da geografia — encerrariam os germens de futuras cidades que, por isso mesmo devem ser localizadas nas imediações das via-

Procurem um presente
para sua familia

N A

Exposição de Joias Seleccionadas

D A

Caixa Economica Federal do Rio de Janeiro

Aneis, pulseiras, relógios, etc.

VENDAS DIRETAS

AVENIDA 13 DE MAIO, 33 / 35

3º Andar

Das 13 às 17 horas

Novos socios da Sociedade Nacional de Agricultura

De Janeiro a Março dêste ano, foram inscritos na Sociedade os seguintes sócios:

REMIDO:

Usina Serra Grande S/A.
Estação Serra Grande
G. W. B. R. — ALAGÓAS

HONORARIO:

Dr. Israel Pinheiro da Silva
Rua Anita Garibaldi, 22 — RIO

EFETIVOS:

Sr. Ayres de Araujo Azevedo
BANANAL — ESTADO DE SÃO PAULO

Dr. João Gonçalves Palmeira
Rua Davi Campista, nº 37
Botafogo — RIO

Dr. Rui Torres da Silva Pinto
Rua 13 de Maio, 220
Campos — ESTADO DO RIO

Dr. Olímpio Saturnino da Silva Pinto
Rua 13 de Maio, 220 — Campos
ESTADO DO RIO

Sr. Candido Carlos Cavalcanti de Brito
Rua Ribeiro Guimarães, 93 — RIO

Dr. Moysés Rosental
Rua Canindé, 71 — Rocha — RIO

Sociedade Vermorel Ltda.
Av. Nilo Peçanha, 151, sala 704 — RIO

Dr. Ormeo Junqueira Botelho
Fazenda das Laranjeiras
ESTADO DE MINAS GERAIS

Dr. Pedro Fontes
Rua São Salvador, 99 — RIO

Prof. Raimundo Olegário Portela de Azevedo
Caixa Postal, nº 43 — RIO

Sr. Carlos Santos Costa
Rua Almirante Tamandaré, 45/7º/ap. 72
RIO

Sr. Abeillard de Avellar Nazaret
Rua São João Batista, 94 — RIO

Sr. Orlando de Almeida e Albuquerque
Av. Almirante Barroso, 54/14ºA — RIO

Dr. Guilherme Egbert Hermsdorff
Av. Carlos Peixoto, 54, casa 5 — RIO

Sr. Raul de Castro Lima
Edifício de "Caça e Pesca"
Serviço de Economia Rural
Pr. 15 de Novembro — RIO

Sr. Pedro da Franca
Rua Ramalho Ortigão, 22/1ºs/4 — RIO

Dr. Raymundo Pimentel Gomes
Jardim Botânico
Serviço Florestal — RIO

Sr. Rufino de Almeida Guerra Filho
Rua dos Inválidos, 80/1.º — RIO

Dr. Abelardo Castro
R. Independência, 21 — SANTOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Dr. José A. Bin Junior
R. Pernambuco, 123 — SANTOS
ESTADO DE SÃO PAULO

Dr. Jorge Polysú
R. Augusto Stelfeld, 885
CURITIBA — SANTA CATARINA

N. B. — Este último sócio foi reintegrado no quadro social, depois de afastado, por muitos anos, em virtude de moléstia. A sua inscrição data de 1911.

ferreas, com água abundante ao alcance dos tubos adutores para as povoações que surgissem mais tarde.

Quantos anos para atingir ao perfeito funcionamento de um sistema como esse? Se excluirmos toda a burocracia, em que funcionários mal pagos deixem tudo para amanhã, talvez pudéssemos encerrar um plano quinquenal. O pão é realmente arma de guerra. Nestas condições, quanto mais rapidamente se resolver

o seu problema, melhor. Mas, Roma não se fez num dia...

Um Brasil com petróleo, com a produção de ferro e aço de várias dezenas de milhões de toneladas por ano, com trigo que dê para alimentar a sua população e até para exportar, facilitará a missão delicada de nossos estados-maiores e poderá encarar com otimismo, não só a sua segurança externa, como a evolução pacífica de sua política interna, tão afetada no julgamento das massas populares por essas deficiências econômicas."

“A LAVOURA”

(ORGAM DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA)

FUNDADA EM 1897

Eng. Agrônomo Arthur Torres Filho,
Presidente da Sociedade

Eng. Agrônomo Antonio de Arruda Camara,
Diretor.

Eng. Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira
Consultor técnico

Luiz Marques Poliano
Redator-secretário

Redação e administração:
AVENIDA FRANKLIN ROOSEVELT,

Caixa Postal 1245, Rio de Janeiro
115, 6º, Tel. 42 - 2981.

Seleções Agrícolas

Diretor : Eurico Santos

Secretário : Otavio R. da Cunha

Gerente : O. Assumpção

Superintendente : M. Nunes

PUBLICAÇÃO MENSAL

Propriedade de Editora Seleções Agrícolas Ltda.

ASSINATURAS

Brasil — Ano	Cr\$ 30,00
Exterior — Ano	Cr\$ 60,00
Número do mês	Cr\$ 3,00
Atrasado	Cr\$ 5,00

Redação e administração : Avenida Nilo Peçanha, 26, 1.º

Tel. 22-4566 — Rio de Janeiro

ACEITAM-SE AGENTES NO INTERIOR

A Indústria da seda no Brasil

Em dias do mês de março último foi a Sociedade Nacional de Agricultura solicitada pelos sericultores brasileiros, representados pelos seus órgãos públicos e particulares a patrocinar, perante o governo, as suas justas reivindicações em face da concorrência que se vinha verificando em torno à sua atividade por parte do produto de origem estrangeira, concorrência essa que, pelas suas características, nada tinha de leal e legítima.

Debatido o assunto em reunião na Sociedade, foi o mesmo levado ao Conselho Federal do Comércio Exterior, onde o Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade e representante ali das classes rurais, expoz a grave situação da até então próspera indústria Sericícola Nacional.

Posteriormente, consubstanciou num memorial, levado ao mesmo Conselho em 17 de março, os principais aspectos da questão, ao mesmo tempo que pleiteou as medidas aconselhadas para salvar de ruína inevitável essa atividade, considerada com justa razão a mais brasileira das indústrias.

Teve a Sociedade a satisfação de ver bem acolhidas as suas sugestões dentre as quais ressaltam as que se referem à proteção aduaneira à produção nacional, e a da licença prévia para a importação do fio e tecido estrangeiros.

Eis o memorial em apreço:

“Tive ocasião, na última sessão plenária, de pedir a atenção deste Conselho para a crise que se vem verificando na sericultura nacional, em consequência da queda dos preços, da qual poderá resultar, até, a ruína total desse importante setor da economia nacional.

A tradição do nosso governo tem sido a de amparo a essa atividade e visto que, já o desanimo no meio rural, com o abandono das plantações e o fechamento de fiações se vai manifestando, o que forçosamente virá agravar o mal estar social já reinante no interior do país venho pedir para ela o socorro que se faz mistér em medidas que se tornam urgentes e inadiáveis.

Como é sabido, a exploração sérica, dado o estímulo do Governo evoluiu rapidamente nos últimos anos e em alguns estados, particularmente São Paulo, representa hoje uma atividade rural e industrial de grande monta. Pode-se dizer que só em São Paulo, cerca de 120.000 famílias encontram nessa exploração, tão só na sua parte agrícola, ou seja, na produção de amoreira e criação do bicho da seda, um subsídio de alta valia para contrabalançar a elevação crescente do custo da vida. Calcula-se em São Paulo hoje, o valor da sericultura em cerca de 500 milhões de cruzeiros, especificadamente o capital empregado nas terras de amoreiras, e em instalações para criação do bicho da seda. Nos estabelecimentos de produção de ovos selecionados, esse investimento vai a 40 milhões de cruzeiros, empregando mais de 2 mil operários. Na indústria — fiação e tecelagem — atinge a 100 milhões de cruzeiros, empregando 12 mil operários.

Além de São Paulo, onde o surto foi mais acentuado têm-se a considerar os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco, Pará, Ceará e Bahia, onde, graças à ação oficial, a sericultura se encontra em situação de prosperidade.

Desde o Império, o Governo brasileiro tem procurado desenvolver este ramo da exploração rural que, no nosso país, encontra condições altamente propícias em todo o seu território. Somente, entretanto, nos últimos anos, graças à assistência técnica e métodos modernos de trabalho, tornou-se possível lançar a sericultura em bases mais sólidas, capazes de permitir o seu desenvolvimento dentro da moderna técnica e, assim, concorrer com os grandes produtores mundiais.

O Brasil pode então apresentar-se nos mercados externos lutando na competição com os tradicionais produtores — o Japão e a Itália. — Esses países envolvidos na guerra deixaram praticamente livres ao Brasil os mercados mundiais passando o nosso país a suprir em parte as necessidades do mercado americano, revestindo-se esse fornecimento até de caráter estratégico.

Era em virtude poranto, dessa circunstância que conseguimos uma situação de importância econômica para essa nova atividade rural. De lamentar pois seria termos de registrar, com a sua ruína iminente, se medidas não tomar-mos, mais um desastre econômico de desfavorável repercussão no nosso meio rural. É que, em consequência do reajustamento econômico que se vem operando com a terminação da guerra, caíram os preços, com a entrada no mercado dos antigos concorrentes, e de tal forma, que teremos de empregar esforços para evitar aquêle desastre, que atingiria uma riqueza expressiva representando para nossa economia rural um fator inestimável no aproveitamento de terras nem sempre utilizáveis para culturas mais exigentes como ocorre por exemplo, nas antigas zonas cafezeiras de S. Paulo, em terras acidentadas, e em regiões onde a amoreira, pode desenvolver-se com muito rendimento econômico.

A situação do momento, em que os preços caem bruscamente de 30 a 40 cruzeiros o quilo de casulo para 6 a 10 cruzeiros; quando o preço mínimo compatível com os salários e o nível de vida atuais exige pelo menos o preço de 15 cruzeiros, a situação é, inegavelmente, de alarme, de pânico pois que já 70 % das fiações estão fechadas e grande estoque de casulos e sêda já em fio — cerca de 400 mil quilos não encontram colocação no mercado.

Se medidas imediatas não forem tomadas a nova safra ficará em S. Paulo totalmente prejudicada.

Essa situação decorre principalmente do aparecimento no mercado de fio, em grande quantidade, de procedência italiana e japonesa, oferecida a preço infimo como seja, até de 180 cruzeiros de sêda crúa, a qual em grande parte é beneficiada pela tarifa baixa estabelecida anteriormente ao grande surto da sericicultura no Brasil, tarifa essa que vizava atender a nossa indústria de tecelagem. Em quanto os tecidos são fortemente taxados, na base de 280 cruzeiros, o fio é onerado apenas com 28 cruzeiros ou seja dez vezes menos que o tecido.

Tal fato não sucede por ser anti-econômica a nossa produção, mas, tão

somente, pelo jogo comercial resultante da requisição da produção japonesa pelo governo americano, que a leva para os Estados Unidos e aí a vende em hasta pública. Já se vê que qualquer preço alcançado na América é lucrativo pois o governo americano recebe o fio como pagamento de indenização da ocupação do território por suas tropas.

A Italia, a seu turno, está facilitando a respectiva exportação através de medidas protetoras oficiais, e mediante um jogo cambial.

Em consequência dessa concorrência desigual e de nossa vida cara o fio de sêda está sendo cotado a 220 e 230 cruzeiros o quilo, o que é um preço deficitário. E' bom sabermos que durante a guerra êsse preço foi de 700 a 800 cruzeiros o quilo e excepcionalmente até de 1.200 cruzeiros. Um preço razoável no momento seria de 350 a 400 cruzeiros o quilo.

O panorama assim descrito traduz bem a angustia por que passa a sericicultura nacional. O Conselho Federal do Comércio Exterior informado que foi dessa situação, resolveu, por indicação minha, que se procedesse com urgência a um inquérito que lhe permitisse solicitar do governo as medidas mais adequadas para evitar uma *débacle* de consequência econômica realmente grave para o momento por que atravessa o país.

Atenderam ao convite do Conselho Federal do Comércio Exterior e compareceram perante a Câmara de Produção, na sua sessão de 12 deste mês os seguintes representantes: S. Paulo, Dr. Francisco de Assis Iglezias, Diretor do Serviço de Sericicultura do Estado, representando o Estado, com o seu assistente técnico Dr. Mario Garnero, Diretor do Serviço de Classificação de Produtos Séricos; Federação das Associações Rurais do Estado de São Paulo, na pessoa do Dr. Francisco de Toledo Piza; Dr. José Cardoso da Silva, pela Federação das Indústrias de São Paulo e o Dr. Amilcar Savassi, representando a Federação das Indústrias de São Paulo.

Debatido o assunto na Câmara de Produção, chegou-se às seguintes conclusões quando às médias consideradas

O COOPERATIVISMO NA SUIÇA

A "UNIÃO SUIÇA DAS COOPERATIVAS DE CONSUMO" dá à propaganda um relêvo especial por meio de conferência, filmes, distribuição de folhetos, círculos de estudos cooperativos, informações administrativas, legais e jurídicas: Estabelece também o ensino em cursos para formação de pessoal para a venda. Possui três jornais: nas três línguas faladas na Suíça.

O "Schweiz Konsum-Verein", com 5.300 exemplares; "*Le Coopérateur Suisse*", com 1.620 exemplares; o "*Genossenschaftliches Volksblatt*", com 284.300 exemplares; "*La Cooperazione*", com 13.320 exemplares.

Em 1937 a U.S.C. possuía 541 cooperativas aderentes, com um movimento de francos suíços de 188.480.000.000.

indispensáveis para o apoio à sericicultura nacional:

- I — Promover-se a elevação das tarifas que incidem sobre o fio de procedência estrangeira, que é atualmente de cerca de 28 cruzeiros, até a paridade com os tecidos, prevenindo-se assim um possível *dumping* em consequência da situação anormal por que atravessa o mundo;
- II — Enquanto a primeira medida não fôr adotada, como solução de emergência, seja estabelecida a licença prévia de importação;
- III — Obrigatoriedade do emprego de 10 a 15% do fio de seda de produção nacional na tecelagem em que seja empregada matéria sucedânea da seda, tais como acetoses, viscoses, etc. (rayon, nylon, etc.);
- IV — que seja estabelecida fiscalização rigorosa de acôrdo com o decreto-lei nº que regula o emprego da palavra seda;

Do debate havido ficaram bem esclarecidos vários pontos essenciais do assunto, bem assim que a sericicultura

nacional dispõe de bases sólidas para a sua sobre-existência na luta da concorrência com os fios sintéticos, devendo portanto continuar a merecer do governo a assistência indispensável para que se torne uma riqueza sólida da economia nacional. O que ocorre com a seda é o mesmo que se verifica na luta travada entre o produto natural, desde que assentado em bases técnicas e econômicas, com os produtos sintéticos, o que, no geral, se apresentam no mercado em luta desleal, melhor servindo, por isso à especulação comercial.

No caso em apreço, é preciso ainda considerar os aspêtos verdadeiramente nacionais oferecidos pela sericicultura, que utiliza unicamente matéria prima nacional, dando trabalho às nossas populações do campo e das cidades, revestindo-se assim a indústria de um caráter verdadeiramente nacional, tanto mais que ela interessa também à defesa militar.

Estamos portanto diante de uma situação que exige uma grande vigilância na fase de reajustamento econômico por que passa o mundo, com repercussões graves na vida do país.

Este caso de sericicultura é a repetição de que vai ocorrendo com outros produtos e em outros setores da nossa indústria e da nossa economia agrícola".

Situação atual e medidas aconselháveis à melhoria da lavoura canavieira de Campos

(CONFERÊNCIA REALIZADA NO
ROTARY CLUB DE CAMPOS
PELO ENG.º AGRÔNOMO RUI
DA SILVA PINTO)

Aqui me encontro para fazer uma pequena palestra sobre irrigação dos canaviais, acedendo ao gentil convite do ilustre presidente do Rotary de Campos, por sugestão do meu caro amigo Togo de Barros. Essa sugestão do Togo foi uma verdadeira traição para comigo e traição ainda maior para com os senhores, pois ele sabia perfeitamente que sou um conferencista inexperiente e bisonho.

Nesta ligeira exposição procurarei não decer a detalhes de ordem técnica, porque do contrário teria que me alongar demasiadamente, o que seria, sem dúvida, um abuso ainda maior da tolerância que já provaram ao concordar em me ouvir.

Senhores, qual é o rendimento dos nossos canaviais? A média geral da lavoura campista, incluindo terras melhores e piores, incluindo canas plantas e socas, é aproximadamente 90 carros de 100 arrobas por alqueire geométrico. Muitas vezes ouço dizer que a produção campista é de 200 carros por alqueire; essa é a produção das canas plantas, mas a média geral é 90 carros aproximadamente. Isso não impede que haja algumas lavouras de exceção, com rendimento às vezes consideravelmente superior, geralmente localizadas em terrenos descansados — antigas pastagens ou lagoas recentemente drenadas.

Essa média de 90 carros por alqueire, senhores, é realmente muito baixa, o que não impede que seja ainda mais baixa em outras regiões do país. Todavia em São Paulo, na Usina Monte Alegre, consegue-se o rendimento geral de 150 carros por alqueire geométrico, notando-se que são canaviais plantados em terrenos de antigos cafezais, esgotados pelo cafeeiro e prejudicados pela erosão; além disso o planalto paulista não tem condições de clima tão favoráveis quanto as nossas: — falta-lhe calor, pois a cana de açúcar é planta essencialmente tropical.

Para melhor se avaliar quanto é baixa a produção dos nossos canaviais, vejamos alguns dados referentes a outros países:

A Argentina tem a média de 140 carros por alqueire.

Os Estados Unidos tiram 160 carros.

Cuba tira também 160 carros.

Trindade 210 carros.

Nas Ilhas Mauricio se obtém 220.

Na Guiana inglesa se obtém o magnífico rendimento de 310 carros por alqueire.

E por fim no Perú e em Hawaii conseguiu-se a formidável produção média de 360 carros por alqueire.

Como viram, de todos esses países o que apresenta menor rendimento é a Argentina, que ainda assim é superior ao nosso 50%. Devemos considerar

o rendimento menor do que o que poderiam ter em virtude de circunstâncias independentes de sua vontade. Assim é na Argentina e nos Estados Unidos; o rendimento relativamente pequeno desses países se deve ao fato deles terem verão muito curto, de modo que a cana não tem suficiente tempo para crescer, e um inverno excessivamente rigoroso, que muitas vezes causa a morte dos canaviais pela geada. Também Cuba, o segundo produtor mundial de açúcar, não tem dos melhores rendimentos; essa situação se deve ao fato dos cubanos terem, em tempos normais, dificuldade de colocar toda a sua produção, de modo que não têm interesse em aumentar a fabricação; além disso eles têm excesso de braços, o que levou seu governo a adotar uma rigorosa legislação social, que entrava a adoção de novos processos técnicos que aumentem a produção por homem, de modo a evitar o sério problema do "chomage".

Senhores, após esse ligeiro estudo comparativo, creio que devemos ter a coragem de reconhecer que, em comparação com outros países de condições também favoráveis, a lavoura canavieira do Brasil, em geral, e a campista, em particular, está mal — classificada.

Creio que seja unânimemente reconhecido que é necessário aumentar a

produção açucareira do País. Os usineiros do norte-fluminense, dando prova de seu espírito empreendedor, já começam a cogitar desse problema. Pelo que nos consta diversas usinas já entraram em entendimentos para aquisição de novas e maiores aparelhagens; assim Outeiro assentou moendas de 1.500 toneladas, dobrando sua capacidade; Sto. Amaro, S. João, S. Pedro e Sta. Maria, vão aumentar suas capacidades de moagem; Barcelos encomendou moendas de 2.000 toneladas — o dobro das que possui atualmente. Essas são as usinas de que tenho notícia; provavelmente há outras a cujo programa não ouvi referências e haverá em futuro próximo mais outras ainda que seguirão o exemplo das primeiras. O certo é que em futuro não muito distante o parque industrial açucareira de Campos estará consideravelmente aumentado.

Mas é preciso que se consiga um aumento proporcional da produção da matéria prima: — a cana. Para isso ter-se-á que adotar uma de suas soluções: ou aumentar a área das plantações ou aumentar o rendimento dos canaviais.

Consideremos a primeira solução: aumentar a área cultivada. Eu lhes pergunto: haverá trabalhadores em número suficiente para aumentar grandemente a área das lavouras? Provavelmente não. Além disso para estendermos os canaviais teríamos que procurar novas zonas, cada vez mais distantes das fábricas, com um aumento proporcional dos frêtes da cana para a usina; sabemos que já atualmente as usinas da baixada pagam 15 e até 20 cruzeiros de frete por carro, para as canas que vêm de certos lugares da linha da Carangóla; se formos sempre para mais longe chegaremos a um ponto em que o frete será tão alto que não mais será economicamente possível transportar a matéria prima.

A solução é, pois, aumentar o rendimento dos canaviais. E para isso, senhores, é necessário Adubar e Irrigar.

A adubação e irrigação dos canaviais não é, como parece que supõem alguns agricultores campistas, uma novidade de última hora, aconselhada por técnicos afoitos; não é uma invenção ousada, mal conhecida, ainda na fase experimental. A adubação e irrigação dos

canaviais são práticas conhecidas e aplicadas há muito e muitos anos em outras regiões do globo e a prova da excelência dos seus resultados é que nunca se viu, em parte alguma do mundo, abandonarem-se essas práticas uma vez que tenham sido executadas com boa técnica.

Parece que a esse respeito os lavradores de Campos são um tanto pessimistas. Mas, senhores, há alguma razão lógica para se achar que Campos seja exceção única no mundo, que seja o único lugar em que não sejam aplicáveis processos aprovados no mundo inteiro? Além disso eu lhes posso afirmar, pela experiência que já tenho, que a adubação e irrigação podem ser economicamente aplicadas em Campos.

Alguns agricultores duvidam da possibilidade de se fazerem irrigações eficientes em Campos devido ao fato de nossos solos terem conformação plana em conjunto, mas com pequenas ondulações. Realmente essa topografia dificulta os trabalhos de irrigação. Todavia essa dificuldade pode ser contornada adotando-se o mesmo sistema usado nas várzeas de Pernambuco e de Hawaii, o chamado sistema "short-line" ou de linhas curtas. Eu aconselho a todos os que me ouvem a visitar as instalações de irrigação da nossa Estação Experimental, orientadas pelo meu ilustre colega Frederico Veiga; lá os senhores se convencerão de que é perfeitamente possível irrigar toda a nossa baixada.

Os fornecedores e mesmo os usineiros de Campos parece que consideram a irrigação excessivamente cara. Todavia não o é. É preciso considerar que o que há de caro na irrigação são as instalações permanentes, que são feitas uma vez para serem utilizadas indefinidamente, com uma despesa de conservação muito pequena. Os lavradores campistas se impressionam com as despesas de irrigação porque isso constitui para eles uma novidade. Todos sabemos que as limpas, por exemplo, são hoje caríssimas, talvez mais caras do que a irrigação, e, no entanto, ninguém se impressiona muito com isso. Por que? Porque a limpa e operação habitual e reconhecidamente indispensável. Assim no dia em que a irrigação se tornar comum e corriqueira todos passarão a considerá-la indispensável e

ninguem a achará excessivamente dispendiosa.

Além da questão sobre todas importantes do aumento da produção há dois outros problemas da lavoura canavieira que a irrigação contribuirá enormemente para resolver. O primeiro deles é o da segurança dos plantios; a irrigação diminui a influência do fator sorte nos sucessos ou insucessos dos lavradores; todos sabemos que a germinação da cana na baixada campista não é boa, que muitas vezes se torna necessário um replante, as vezes dois e até três; aos senhores lavradores que me ouvem não preciso dizer quanto é caro o replante, assim como que é quasi impossível ter-se um canavial uniforme desde que a germinação inicial não tenha sido satisfatória.

Outro problema importante que a adubação e irrigação podem contribuir para resolver é o da mão de obra. O operário rural está se tornando sempre mais escasso e mais caro. Em virtude desse estado de coisas a voz geral é de que é preciso mecanizar a lavoura; a "mecanização da lavoura" já se tornou, assim, um chavão, um lugar comum.

Todavia na lavoura canavieira campista já não há muita coisa a inovar em matéria de mecanização. Em Campos, as usinas e os grandes fornecedores já fazem todo o preparo do solo mecanicamente, já se faz o devido uso dos cultivadores e já há até como em Santa Cruz o plantio mecânico. O que falta fazer, em prol da tão famosa e decantada mecanização? Faltam, sem dúvida, alguns aperfeiçoamentos, que não estão no programa desta palestra discutir; mas o certo é que mesmo que esses aperfeiçoamentos sejam introduzidos, a situação da mão de obra não será grandemente melhorada e a produção pouco será aumentada.

Além disso, como ainda não foi inventada máquina colhedora de canas que faça trabalho satisfatório, as operações da entre-safra não poderão ser totalmente mecanizadas. O lavrador precisa do trabalho manual para a colheita; se ele mecanizasse (se isso fosse possível) totalmente as operações da entre-safra, de que viveriam os operários durante 6 meses de inatividade? Os

operários teriam que emigrar, e faltariam os braços necessários à colheita.

Assim sendo, se a mão de obra está se tornando sempre mais rara e mais custosa, a única maneira de se resolver o problema é aumentar a produção por homem. E para isso, senhores, é preciso adubar e irrigar, porque o número de homens necessário para plantar e tratar um alqueire que produz 100 carros é o mesmo número de homens necessário para plantar e tratar um alqueire que produz 200 carros.

Os obstáculos que tem havido até agora para a prática da adubação e da irrigação em Campos são obstáculos puramente psicológicos. O lavrador campista, de um modo geral, ainda não acredita na adubação e na irrigação. É preciso que ele se convença de que não há problemas técnicos ou econômicos que desaconselhem a adubação e irrigação de suas lavouras. Consta-me que duas ou três usinas da baixada fizeram tentativa de irrigação e, ao que parece, nem sempre com sucesso. Provavelmente esses fatos contribuíram de modo considerável para o pessimismo com o que o lavrador campista encara a possibilidade de irrigar a nossa baixada. Todavia devo lhes dizer que esses fatos se deram certamente por falta de prática das nossas condições.

Observa-se que há em Campos frequentemente um certo receio de concorrência das usinas paulistas; no entanto nossas condições naturais são muito melhores para a cana do que as do planalto paulista. Estou absolutamente certo de que se os lavradores campistas se resolverem a aumentar o rendimento de suas lavouras, não precisarão temer, mesmo no regime de livre mercado, a concorrência das usinas bandeirantes. Estou certo de que os campistas saberão compreender esse fato. Estou certo de que os campistas saberão defender sua lavoura canavieira e elevá-la a mais alto nível e de que os canaviais que vicejam em nossa planície há tantos séculos, nela continuarão a vicejar ainda por muitos séculos mais.

Notas do autor

1 O "carro" é a unidade geralmente usado em Campos nos negócios

CULTURA DA FRUTA DE CONDE

Engenheiro Agrônomo
Geraldo Goulart da Silveira
Professor da E. H. W. B.

I — Generalidades

Absolutamente destituída de acidez, rica em vitaminas e muito apreciada entre nós, é a fruta de conde uma saborosa e agradável fruta, que alcança preços elevados nos mercados consumidores.

Cultura fácil e não muito exigente, deve a fruta de conde merecer a atenção dos nossos fruticultores, pelos bons resultados econômicos que ela assegura.

II — Origem

A fruta de conde é, sem dúvida uma fruteira americana, provavelmente de um dos países da América Central.

III — Classificação

A fruta de conde é uma planta pertencente à família das Anonáceas, cientificamente chamada *Annona squamosa* L.

Como tantas outras fruteiras tropicais, não existem variedades selecionadas.

O melhoramento de tão importante fruteira é um problema que se impõe nos institutos da experimentação agrícola.

IV — Caracteres botânicos

A fruteira de conde é uma planta do porte de 3 à 7 metros de altura.

Suas folhas, dispostas alternadamente, são pecioladas, inteiras e sem estípulos.

As flôres são actinomorfas e hermafroditas.

O perianto é trimero, o androceu possui numerosos estames em espiral, e o gineceu, muitos carpelos separados.

O fruto é um sincarpo arredondado, de aspecto escamoso e formado de várias bagas.

As sementes são escuras, lisas e muito numerosas.

V — Clima

A fruta de conde prefere as regiões de clima quente, sobretudo muito seco. Se bem que se desenvolve nas regiões mais para o sul do país (S. Paulo, Distrito Federal, Santa Catarina etc.), os frutos não são tão numerosos e saborosos, como no nordeste.

VI — Solo

Pouco exigente quanto ao solo (é muito mais sensível ao clima), a fruta de conde pode ser cultivada nos mais variados tipos de solos, preferindo, entretanto, os terrenos silico-argilosos muito profundos e bastante arejados.

VII — Propagação

A fruta de conde propaga-se por semente e por enxertia.

A propagação por sementes, apesar de comum, não é a mais indicada porque não assegura a fixação das boas qualidades da planta.

E' preciso que se generalize a prática da enxertia afim de que, em menor tempo, seja possível a colheita de frutas de melhor qualidade.

VIII — Propagação por sementes

As sementes destinadas ao plantio devem ser retiradas de frutos maduros, de boa qualidade, provenientes de árvores sadias, vigorosas e prolíferas.

Depois de retiradas devem ser lavadas, selecionadas e secas à sombra, em lugar bastante arejado.

As sementes não devem, ficar guardadas durante muito tempo, pois perdem aos poucos, o poder germinativo.

De preferência a sementeira deve ser feita até 30 dias após a colheita dos frutos.

A semeadeira deve ser feita em canteiros bem preparados, observando-se a distância de

de compra e venda de canas. Seu peso é 1.500 quilos ou 1,5 toneladas.

2) O alqueire geométrico é a unidade de área usada em Campos. Ele mede 100 x 100 braças, tem 48.400 metros quadrados ou 4,84 hectares. É o dobro do alqueire paulista.

3) Nesta palestra todos os dados foram referidos em "carros" e "alqueire" para facilitar a compreensão dos ouvintes. Os dados de outras regiões ou países foram, assim, convertidos em nossas unidades para que pudessem ser comparada.

0,20 m. entre as linhas, e de 0,08 à 0,10 m. entre as sementes.

Quando as mudas atingem 0,15 m. de altura estão em condições de ser transplantedas para os viveiros onde permanecem até a ocasião em que devem ser levadas para o local definitivo.

No viveiro, o método mais conveniente do plantio é o em linhas duplas, com intervalo de 1,20 m entre as ruas e 0,50 m entre as linhas e as mudas.

Tanto nos canteiros de sementeira, como nos viveiros, não devem ser descuidados os tratos culturais indispensáveis, como sejam, regas, escarificações, limpezas etc.

IX — *Propagação por enxertia*

É o melhor processo de multiplicação da fruta de conde, e que, infelizmente, ainda não está generalizado entre os nossos fruticultores.

Pela sua rusticidade e resistência, o araticum silvestre, merece a preferência como porta-enxerto.

As enxertias sobre o próprio pé franco de fruta de conde; sobre a condessa sobre o beribá e outras anonáceas, é viável e tem dado resultados satisfatórios.

Os métodos mais empregados de enxertia são a borbullia e a garfagem.

Sobre a preferência entre eles, estão muito divididas as opiniões.

Enquanto que para muitos, a borbullia tem apresentado melhores resultados, para outros, a garfagem é a mais aconselhada.

Tanto as gemas, como os garfos, (conforme o método de enxertia empregado), devem ser retirados de árvores sadias e vigorosas, produtoras de frutos volumosos e de melhor qualidade.

X — *Preparo do terreno*

O terreno deve ser convenientemente preparado. Após os trabalhos preliminares de adaptação (roça, derrubada, destocamento e queimada), deve-se proceder ao trabalho de mobilização propriamente dita (aração e gradagem).

XI — *Plantio definitivo*

Estando o terreno convenientemente mobilizado, procede-se, com uns 30 a 60 dias de antecedência, à abertura das covas onde vão ser plantadas as mudas (de pé franco ou enxertadas), conforme o caso.

As covas devem ser amplas (0,50 m. a 0,60 m. em todos os sentidos), e convenientemente adubadas.

A distância entre as covas varia de 3,50m a 5 m conforme a natureza do solo

Nos terrenos de melhor qualidade usa-se compasso maior do que nos terrenos de qualidade inferior.

XII — *Tratos culturais*

Como para as demais fruteiras, não devem faltar os tratos culturais nas ocasiões oportunas, como sejam:

- a) regas logo após a transplantação
- b) capinas quando necessárias
- c) adubações
- d) podas de limpeza e de frutificação.

XIII — *Adubação*

Alem de uma adubação orgânica com 10 a 15 quilos de esterco por cova, deve-se sempre que possível, cuidar de uma boa adubação química, mesmo quando as fruteiras já estão em plena frutificação.

Para as fruteiras já desenvolvidas e em produção, pode-se aconselhar a seguinte fórmula por árvore:

Superfosfato	700 gramas
Cloreto de potássio	250 "
nitrito de sódio	200 "

XIV — *Colheita*

A colheita deve ser muito cuidadosa e realizada em época oportuna, isto é, assim que os frutos iniciem a maturação (bem engorgitados, com as saliências mais ou menos separadas, apresentando entre elas espaços esbranquiçados).

Os frutos devem ser cortados pelo pedúnculo.

Quando colhidos perfeitamente maduros eles não resistem ao transporte.

XV — *Doenças*

A fruta de conde é uma fruteira mais ou menos resistente e, portanto, pouco atacada, por doenças.

Entre as doenças, a mais comum é a da podridão do "colo", comumente chamada caraca.

O método mais conveniente para resguardar as plantas do ataque dessa doença que causa danos de certa importância, é a enxertia sobre porta-enxertos resistentes (araticum silvestre e beribá).

XVI — *Pragas*

Entre os numerosos insetos que atacam a fruta de conde, podemos citar os seguintes:

a) piolhos farinhentos como o Aleurodicus neglectus e o Ceraleurodicus moreira que atacam as folhas e galhos que podem ser fa-

Noticiário da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

CURSO DE FRUTICULTURA

O Dr. Antônio de Arruda Câmara, diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, comunicou ao diretor dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão da Universidade Rural, o início de mais um curso de Extensão de Fruticultura, grupo A, com o elevado número de setenta e oito alunos matriculados.

O referido curso é o 3.º ministrado na E. H. W. B. e o 5.º da série "Extensão de Fruticultura".

CURSOS REGULARES

Tiveram início na Escola de Horticultura Wenceslão Bello as aulas dos cursos regulares, que funcionam sob regime de internato.

Em face dos exíguos recursos de que dispõe, não pôde a direção da Escola, como era um desejo, atender aos inúmeros pedidos de matrículas de filhos de lavradores de todos os recantos do território nacional.

CLUB AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

Com a reabertura das aulas na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, foram reiniciadas as atividades do Club

Agrícola Miguel Calmon, dirigido pelo Prof. Geraldo Goulart da Silveira e mantido na E. H. W. B., sob o patrocínio do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura. É presidente do Club Agrícola Miguel Calmon, o Snr. Romeu Rampazzo.

CURSOS DE EXTENSÃO

Tiveram início domingo, dia 16 de Março, com 78 alunos matriculados, as aulas do Curso de Extensão de Fruticultura, grupo A.

Entre os alunos matriculados existem estudantes, comerciários, engenheiros, dentistas, professoras, militares, industriários, lavradores, etc., o que demonstra o interesse que o curso, ministrado aos domingos, despertou entre aqueles que pretendem dedicar-se à agricultura.

CURSO DE HORTICULTURA

O Dr. Antonio de Arruda Camara, diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, comunicou ao Dr. Cyneas Guimarães, diretor dos C. A. E. E., que tiveram início, no dia 2 de Abril, as aulas do 6.º Curso Avulso de Horticultura, ministrado naquela Escola.

cilmente combatidos com caldas nicotinadas, timbó, etc.

b) cohonilhas, como o *Asterolecanium pustulans*, o *Saissetia hemisféria*, etc., que atacam também as folhas e ramos, e podem ser combatidas pelos mesmos processos que os piolhos farinhentos.

c) lagartas que destroem as folhas como a *Protoparce rustica*, o *Papilio lysithons harnisianus* etc., que podem ser combatidas por simples apanha e esmagamento, ou por intermédio de caldas arsenicais

d) lagarta do fruto, isto é, a *stennona anonella*, cujo combate consiste na apanha e destruição dos frutos atacados.

e) brocas do tronco e ramos, como o *Heilipus lactanius*, o *Crotosomus dubius*, etc., que devem ser combatidas por meio de podas, caiações do tronco, injeções de bissulfureto de carbono, etc.

XVII — Uso

Alem de muito usada ao natural, por ser uma fruta muito saborosa, presta-se ainda a fruta de conde para a fabricação de vinhos, licores, etc.

19.^a SEMANA DOS FAZENDEIROS

A Sociedade Nacional de Agricultura, atendendo ao convite que lhe dirigiu a direção da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, Minas, será presente à 19.^a Semana Ruralista por intermédio de uma comissão composta dos Srs. Eng.^o-Agrônomo Geraldo Goulart da Silveira diretor técnico da Sociedade e professor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello; Prof. Subael Magalhães da Silva, da mesma Escola e Luiz Marques Poliano, redator-secretário desta Revista.

Digamos, contudo, alguma coisa a respeito desse notável empreendimento da Escola de Viçosa, louvável sob todos os aspectos, mas, principalmente, pela regularidade na realização:

De 14 a 19 de julho próximo, seguindo excelente programa de assistência à lavoura de Minas, realizar-se-á na Escola Superior de Agricultura do Estado, em Viçosa a 19.^a Semana dos Fazendeiros.

Os resultados desse empreendimento — Semana dos Fazendeiros — têm sido tão importantes para o melhoramento dos métodos, agrícolas no Estado e no País que o governo de Minas não tem dúvida em manter o extraordinário programa que traz anualmente, a Viçosa fazendeiros em número que ultrapassa a casa dos mil.

O certame que anualmente se instala em julho já se tornou conhecido e compreendido não apenas pelos mineiros, mas pelos agricultores de outros estados, mormente dos estados vizinhos. E tão numerosas são as consultas e pedidos de informação sobre a Semana e sobre a Escola vindas de todos os quadrantes do País, que se pode afirmar, sem exagero, que a Semana dos Fazendeiros é um dos mais decisivos movimentos em benefício do progresso dos métodos agrícolas no Brasil.

Bem servir, bem orientar, conscientemente, os homens que trabalham a terra, de modo a obterem maior recompensa de sua luta honesta e nobre, contribuindo, ao mesmo tempo, para atender à crescente e imperiosa procura de produtos do solo, tem sido o objetivo

principal dos certames agrícolas de Viçosa.

Os cursos que se oferecem visam sempre ao aprimoramento dos processos de trabalhar o solo, de tornar o trabalho mais lucrativo, tendo em conta não apenas os lucros atuais, mas, também, os futuros, por não descuidar do sagrado dever de conservar a terra.

Mais de uma centena de cursos são oferecidos, relacionados todos com a agricultura, a pecuária e as indústrias rurais.

O melhoramento dos rebanhos existentes ou formação de novos, capazes de proporcionar maior rendimento físico e econômico; novas práticas culturais, com o propósito de aumentar a produção e baratear-lhe o custo; ensinamentos acerca do mais eficiente controle das doenças e pragas; práticas e orientação acerca do mais conveniente uso das máquinas agrícolas; orientação e informações sobre o melhor aproveitamento econômico das fazendas; práticas sobre indústrias rurais; técnica veterinária e recomendação de atividades agro-pecuárias próprias para cada zona ou propriedade agrícola, são apenas alguns exemplos da multiplicidade de problemas que poderão ser eficientemente resolvidos durante a Semana dos Fazendeiros.

O governo de Minas promove tal certame, através de sua Escola Superior de Agricultura, com o elevado propósito de assistir os lavradores mineiros na solução de seus variados, complexos e múltiplos problemas.

A Escola se acha preparada para receber os homens da lavoura e para discutir com eles acerca do melhor meio de resolver os seus problemas, os quais são, não há negar, problemas de todo o estado e quicá de todo o País.

Que os fazendeiros mineiros saibam aproveitar a oportunidade magnífica que o estado lhes está oferecendo e façam da 19.^a Semana dos Fazendeiros mais uma semana de triunfos e de proventos para si próprios, para a lavoura, para o estado e para a Pátria.

A SERICICULTURA NO BRASIL

Desenvolvida durante o período da guerra, a indústria da seda em nosso País em pouco mais de 4 anos firmou-se como uma indústria sólida onde grandes capitais foram e continuam a ser investidos, movimentando um número elevadíssimo de operários e incrementando o desenvolvimento de novas indústrias, como sejam: indústrias de máquinas e apetrechos para fiações; indústrias de máquinas e apetrechos para retorções; fábricas de carretéis de fibra e de madeira, fábricas de artigos de porcelana e vidro com que são feitos guias, fios, roldanas, etc.; fábricas de produtos químicos necessários ao preparo da seda natural e algumas outras ligadas diretamente aos ramos de malharias e tecelagens.

Inicialmente desprezada devido à sua má qualidade (por ser ainda muito nova e também devido aos "stocks" de fios estrangeiros ainda existentes logo após o início da guerra entre U. S. A. e Japão) passou logo após um período de mais ou menos 1 ano a ser francamente aceita, não somente devido à falta dessa matéria prima estrangeira como também devido à sua sempre crescente melhoria de qualidade.

Após o seu primeiro ano de existência, passou definitivamente para o carácter de uma indústria sólida, desenvolvendo-se de forma assombrosa, aumentando a produção e melhorando a qualidade, passando então a ser francamente consumida internamente como externamente conforme atestam as grandes exportações realizadas pelo nosso País para quase todas as partes do mundo, inclusive para U. S. A., sem dúvida alguma o maior consumidor de fios de seda natural do mundo.

Em 1943 e 1944 a produção de fios de seda natural do País era insuficiente ainda para atender às necessidades do mercado interno, fato este que aliado à grande procura por parte de países estrangeiros elevaram assustadoramente os preços quer dos fios grege como também dos fios retorcidos, tendo atingido ao preço de Cr\$ 1.000,00 por quilo, preço este não ha dúvida demasiadamente elevado para o nosso mercado interno. Nessa ocasião, medidas oficiais foram tomadas, limitando as exportações, o que de certo modo reverteu em prejuízo da indústria devido à brusca queda de preço, pois de uma base tão elevada de Cr\$ 1.000,00 por quilo passou para Cr\$ 350,00 por quilo. Longe porém de resultar em desânimo por parte dos fiandeiros e reforçadores de fios

de seda natural, essa queda de preço os encorajou mais ainda e mais fiações e mais retorções foram fundadas, o que tornou-se um benefício porque além de suprirem o mercado interno perfeitamente, houve sobras que puderam ser exportadas facilmente, mas agora sem afetar o mercado interno. Os preços, embora existisse a exportação, passaram a ser mais razoáveis para o mercado interno, que diga-se de passagem, as suas indústrias (fábricas de meias e tecelagens) auferiam regular margem de lucros pois tendo o produto nacional a um preço razoável (fios de seda) exportavam regularmente os seus produtos manufaturados. Tudo pois, estava perfeitamente normalizado e seguia seu curso normal: o mercado interno (fábricas de meias e tecelagens) possuía a matéria prima para o seu consumo e tinha possibilidades de exportar com margem razoável de lucros os seus produtos, e as fiações e retorções encontravam também dentro e fora do País colocação para os seus produtos. Estávamos nessa situação, isto é, com um consumo interno de aproximadamente 300.000 quilos por ano de fios de seda natural e uma exportação de outros tantos quilos e uma produção de aproximadamente 600.000 quilos de fios grege por ano. Situação, portanto, perfeitamente balanceada. Eis que porém, termina a guerra, diminui sensivelmente a exportação, diminui o consumo interno. Consequentemente, há excesso de produção de fios grege. A oferta torna-se maior do que a procura, e os preços sofrem uma sensível queda. A Itália reinicia a exportação de fios de seda natural, e os Estados Unidos da América do Norte procuram introduzir o fio "Nylon" uma fibra artificial cujo sucesso parece garantido.

Chegamos assim a situação atual que não é outra senão a seguinte: Existem grandes "stocks" de fios grege para serem colocados, e estando próximo o início da nova safra torna-se necessário aos fiandeiros a venda de seu produto afim de poderem adquirir novos casulos. Como fazê-lo porém se: a) a exportação está quase que paralisada: b) o mercado interno de acordo com as suas necessidades está abastecido: c) os produtos manufaturados com fios de seda natural (meias de seda para senhoras) encontram no mercado interno um forte concorrente — as meias Nylon — produzidas nos Estados Unidos da América do Norte e revendidas no País pelas principais casas do ramo, fato este que impossibilita os fabricantes de meias de nosso

CONSULTAS E INFORMAÇÕES

Engenheiro-Agrônomo
Geraldo Goulart de Oliveira
Consultor técnico de "A Lavoura"

PROPAGAÇÃO DO CAJUEIRO

Consulta-nos um consórcio do Estado de Minas Gerais sobre os processos de propagação do cajueiro, pois pretende aproveitar parte do sítio com a cultura de tão útil anacardiácea.

Esclarecendo ao nosso consórcio temos a informar que o cajueiro (*Anacardium occidentale*, L) pode ser propagado por sementes, estacas e enxertia.

A propagação por sementes, por ser a mais fácil, é a mais empregada pelos fruticultores. As sementes para plantio são os próprios frutos (castanhas), retirados de árvores sadias, vigorosas e de boa qualidade.

A semeadura é feita em latas, jacás, vasos etc., ou, então, diretamente no local definitivo.

A multiplicação por estacas, em virtude da pequena porcentagem de pega, não é aconselhável.

A enxertia pelas inúmeras vantagens que apresenta, deve merecer a primazia e constituir o método normal de propagação tanto do cajueiro como de outras plantas tropicais ainda não melhoradas pela técnica agrícola.

Os processos de enxertia mais indicados são a garfagem lateral ou a garfagem em fenda, conforme as condições do porta-enxerto.

CLIMA E SOLO PARA O ABACAXIZEIRO

Esclarecendo ao Snr. L. P., nosso consórcio do Estado do Rio de Janeiro, que deseja informações sobre clima e solo mais convenientes para a cultura do abacaxizeiro, temos a informar:

a) quanto ao clima, sendo o abacaxizeiro uma planta tipicamente tropical, lhe é mais conveniente um clima do tipo quente e húmido. Não muito exigente quanto à água no solo, contenta-se com uma quota pequena, de tão precioso líquido. O abacaxizeiro vegeta numa atmosfera quente e húmida, e não, num solo enxarcado, onde ele se comporta diferente e produz frutos de qualidade inferior. Por outro lado, exige bastante sol, principalmente na época da maturação dos frutos, quando essas exigências tornam-se maiores.

b) apesar de não muito exigente quanto ao solo, deve, entretanto, ser cultivado em terreno conveniente. Os solos silicos argilosos são os mais indicados para o abacaxizeiro, si bem que ele se desenvolva bem em todos os terrenos mais ou menos férteis e permeáveis.

Nos solos excessivamente silicosos e pobres, assim como nas baixadas húmidas, sujeitas à inundação, da mesma forma que nos terrenos compactos e excessivamente argilosos, não é aconselhável a cultura racional do abacaxizeiro.

COMPOSIÇÃO DO ESTERCO

Respondendo à consulta do Snr. J. C. B., do Distrito Federal, que deseja conhecer a composição média dos excrementos (sólido e líquido) de bois, cavalos e porcos, temos a informar que, segundo o Dr. Luiz Fernando Ribeiro, em seu interessante trabalho "O estrume de curral", é a seguinte a composição das fezes e urinas dos animais citados:

a) em 100 partes, nas fezes e urinas dos equinos (conjuntamente com a palha), encontra-se: 9,95 de azoto, 3,50 de ácido fósfórico, 9,25 de potassa e 3,0 de cal;

b) nos bovinos, em 100 partes, nas fezes, urinas e palhas existe 4,35 de azoto, 1,70 de ácido fósfórico, 2,95 de potassa e 1,75 de cal;

c) nos suínos, em 100 partes, nas fezes e urinas (com a palha), encontra-se 5,15 de azoto, 2,40 de ácido fósfórico, 5,45 de potassa e 0,45 de cal.

Conforme poderá verificar o consulente comparando os dados acima, o esterco de equinos (cavalos), é o mais rico em azoto ácido fósfórico, potassa e cal.

BORDADURA DE CANTEIROS

Esclarecendo à Sta. M. H., do Distrito Federal, temos a informar que, para bordadura dos canteiros de jardim são mais usados os seguintes vegetais:

- a) Buxo;
- b) Brilhantina;
- c) Mangericão.

Essas plantas, convenientemente tratadas e podadas, formam magníficas bordaduras para canteiros de plantas ornamentais.

A BASE DO MONUMENTO

Valentim F. Bouças

No curso da última guerra, entre as inúmeras lições de experiência com que nos brindou o conflito, uma sobressai nítida, pela sua relevância: a de que os países que subestimaram a faina agrícola e se lançaram exclusivamente a uma industrialização com por cento, sofreram mais ao vivo as contingências da conflagração. Efetivamente demonstrou-se na prática que a agricultura era de fato a ocupação de base, e que, apenas os países que realizaram a indústria em função da faina agrícola foram bem sucedidos. O tratamento de grande potência que se julgava ligado intimamente aos países em período de industrialização tem também que ser conferido aos que, pelo exercício de uma agricultura bem orientada e uma pecuária de desenvolvimento racional, lograram apreciáveis índices de crescimento econômico. E, neste ponto importa consignar que entre os sete países de melhor renda nacional, três tem as suas bases econômicas no ciclo agro-pecuário. E os que, como os Estados Unidos representam os países de tipo industrial do melhor padrão e nível, contam, com a base sólida de uma excelente lavoura. Exemplo típico do erro da industrialização em detrimento da agricultura, nós o possuímos nas Ilhas Britânicas: os campos abandonados, o amanho da terra desprezado, tudo em favor da indústria; circunstância essa que obrigou ao inglês insular aos maiores sofrimentos na quadra da guerra. E' preciso relevar que se todo o mundo persistisse nessa orientação inadequada limitando-se à produção de "bens de produção" e relegando a segundo plano a realização de "bens de consumo" dos quais a agricultura é a fonte máxima, teríamos dentro em pouco tempo aquele quadro sombrio de Malthus quando visionou o verdadeiro suicídio da humanidade forçado pelo desenvolvimento dispar, profundamente desequilibrado, entre população e produção, que no caso seria o mesmo que consumo.

A agricultura, como a pecuária são elementos de base de um país. São tipicamente os alicerces de qualquer economia, mesmo que esta possua as altas chaminés das fábricas, as indústrias como complemento do quadro. Amparar a agricultura é garantir as possibilidades de abastecimento e de sobrevivência de um país. E, entre nós onde as carências alimentares estão surgindo de forma a mais viva, e cada vez se tornam menores as quantidades conseguidas,

através do grangeio da terra, de bens de manufatura, todas as vozes que se levantarem à favor da agricultura estarão realizando tarefa de bem estar público e de salvação do Brasil.

Levados por contingências estranhas à nossa vontade, tais como as decorrentes das duas grandes guerras, tivemos que impulsionar a nossa industrialização sem que ainda tivéssemos no Brasil a sólida base agrícola. Foi sem dúvida uma inversão de fatores mas que nos valeu um importante subsídio de experiência econômica. O que cumpre, agora, é estabelecermos o monumento que é a indústria sobre o pedestal agrícola. O monumento é belo e de maneira nenhuma devemos fixá-lo numa base falsa ou movediça.

Assim, se nos empenhamos pelo desenvolvimento industrial se conhecemos que no desenvolvimento industrial está a mola de nossa emancipação econômica, devemos tratar a agricultura no mesmo pé. Devemos elevá-la a um teor industrial, também, mediante a abolição progressiva dos processos empíricos de trabalho, dos instrumentos obsoletos; devemos pôr de lado a utilização extensiva da terra responsável por tantos males que sofremos hoje. E, em lugar de tudo isto, instauremos uma ordem nova. Se muito devemos à enxada, se foi com ela que construímos todo o ciclo da cana de açúcar, se foi com ela que elaboramos a economia cafeeira e todas as culturas subsidiárias, é tempo já de que substituamos a enxada pelo arado e que ao em vez do paciente boi ou do homem seja este arado rebocado pelo trator.

O país, inicialmente tão pequeno na idéia do descobridor, dilatou-se pelo espírito de aventura do colonizador europeu ou nativo; as fronteiras foram levadas pelo Oeste até os Andes; para o Sul até o Chui; para o Norte até o Oiapoque. Com densidade maior ou menor esta Pátria foi sendo povoada e hoje são cerca de 45 milhões de pessoas que aqui vivem, comungando das mesmas penas e das mesmas alegrias. Mais de metade desta população, porém, vive na zona rural, está ligada direta ou indiretamente à produção agrícola. Semelhante proporção é um contrasenso, na época em que vivemos. Com um número de habitantes tão grande na zona rural não chegamos a ter uma agricultura suficiente; e com um número tão pequeno nos centros urbanos não chegamos a ter uma indústria satisfatória. Agricultura e indústria reclamam mão de obra; esta torna-se escassa, deficiente tecnicamente e cara.

A SACARIA EM SÃO PAULO

O Dr. Arthur Torres Filho, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, representante da classe rural no Conselho Federal do Comércio Exterior, encaminhou ao mesmo, em 11 de março último, o seguinte apêlo:

“A Sociedade Nacional de Agricultura acaba de receber da sua congênere Associação Rural do Vale do Rio Grande e da Cooperativa dos Plantadores de Algodão de Barretos, no Estado de São Paulo, pedido de interferência junto a este Conselho para o fato de que àquela região, grande produtora de cereais (milho, arroz e feijão), está no momento a braços com uma grande falta da sacaria indispensável à colheita ora em curso.

Alegam àquelas associações que as fábricas de São Paulo somente aceitam pedidos para sacaria sem preço e sem data de entrega, deixando assim os produtores numa situação de incerteza capaz de gerar o desânimo e prejudicar sensivelmente a colheita.

A menos que se dê uma providência imediata no sentido de serem os produtores aparelhados com a sacaria de que carecem, terão eles de entregar a intermediários, detentores de sacaria, a sua

safra a preços vis, abaixo mesmo do custo de produção, o que, além dos inconvenientes apontados, influirá decisivamente na crescente dificuldade do abastecimento às populações citadinas.

Estimam as duas citadas associações as necessidades em sacaria por parte dos produtores da região em 80.000 sacos de 100 litros e 120.000 de 80, podendo ser atribuída às mesmas a distribuição, evitando-se assim o odioso e ilegal atravessamento dos detentores da sacaria. A quota solicitada poderia ser distribuída em outras quotas menores, até setembro, sendo porém de grande urgência e necessidade a entrega da primeira quota.

Dada a premência da situação, as duas citadas associações aceitariam mesmo sacaria usada, bem como a que possui o Departamento Nacional do Café.

Certo de que este Conselho, acolhendo mais uma vez este angustioso apêlo da lavoura de uma rica região, ameaçada de imprevisíveis prejuízos pela irregularidade citada, antecipo em seu nome os melhores agradecimentos”.

O meio de corrigirmos o desequilíbrio é, pois, a industrialização do campo e o aproveitamento mais racional da terra, no que concerne à sua distribuição. A este último respeito há notícia auspiciosa na recente mensagem do sr. presidente da República ao Congresso Nacional: o Brasil encontrara, fora do radicalismo totalitário da esquerda, a solução democrática e cristã para o caso da terra. E quanto ao primeiro caso a solução compete à máquina, não como uma usurpadora do trabalho do homem, mais como um instrumento de trabalho seu, que ele dirigirá em benefício da coletividade, com um profundo sentimento crítico e social.

Com os recursos hauridos numa agricultura racionalizada, *industrializada*, construiremos a base efetiva para o portentoso monumento da nossa industrialização — pedada, essencial, manufatureira. Com agricultura e indústria elevada aos níveis compatíveis com o progresso humano, construiremos a grandeza econômica do Brasil, consolidando, na mais alta expressão do termo, a independência proclamada e defendida pelos nossos antepassados.

O Brasil tem uma consciência. E, com esta consciência, que é a da sua realidade, da sua capacidade, ele se algará ao lugar que lhe está reservado no concerto das Nações.

Informações da Escola de Horticultura Wenceslão Bello

Curso Avulso de Horticultura

Pela portaria número 66, de 29 de Janeiro de 1946, o Snr. Ministro da Agricultura aprovou a realização de dois cursos avulsos de horticultura, subordinados à Diretoria dos Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, a serem realizados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, nos períodos de 1 de Abril a 31 de Julho e de 2 de Agosto a 30 de Novembro de 1946.

PROFESSORES PARA O CURSO DE HORTICULTURA

O Snr. Ministro da Agricultura, por portarias de 7 de Fevereiro de 1947 designou os professores Geraldo Goulart da Silveira, Subael Magalhães da Silva e Pedro Goulart da Silveira Filho, todos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, bem como o Prof. Carlos H. Reiniger, da Divisão de Defesa Sanitária Vegetal, para servirem como professores do Curso Avulso de Horticultura.

UMA ESCOLA UTIL AOS LAVRADORES

Continuam a chegar do interior do país, pedidos de matrículas de filhos de lavradores, para os diferentes cursos profissionais da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura, na Penha, Distrito Federal. É diretor da Escola o Engenheiro agrônomo Antonio de Arruda Camara.

CURSO DE EXTENSÃO DE FRUTICULTURA

Pela portaria número 67, de 29 de Janeiro de 1946, o Snr. Ministro da Agricultura aprovou a realização do Curso de Extensão de Fruticultura, grupos A e B, subordinados à Diretoria dos cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, a serem realizados na Escola de Horticultura Wenceslão Bello, nos períodos de 16 de Março a 29 de Julho, e de 4 de Agosto a 15 de Dezembro de 1947.

PROFISSIONAIS DIPLOMADOS PELA ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLÃO BELLO

Desde a sua fundação, em 1937, até 1946, a Escola de Horticultura Wenceslão Bello já diplomou, em seus cursos permanentes, 143 profissionais assim distribuídos:

- 25 horticultores.
- 41 fruticultores.
- 48 hortelões.
- 19 floricultores.
- 5 jardineiros.
- 5 apicultores.

PROFESSORES PARA O CURSO DE FRUTICULTURA

O Snr. Ministro da Agricultura, por portarias de 7 de Fevereiro de 1947 designou os Engenheiros agrônomos Geraldo Goulart da Silveira e Carlos H. Reiniger, para servirem como professores do Curso de Extensão de Fruticultura, aprovado pela Portaria nº 67, de 29-2-1947, que será realizado na Escola de Horticultura Wenceslão Bello.

RELATÓRIO DE 1946

O Dr. Arruda Camara, diretor da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, apresentou ao Presidente da Sociedade Nacional d Agricultura, o relatório das atividades da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, referente ao ano de 1946.

Trata-se de um importante documentário do que conseguiu aquele profissional realizar, apesar dos exíguos recursos que dispõe para administrar tão útil educandário.

CLUB AGRÍCOLA MIGUEL CALMON

Serão reiniciadas em Abril as atividades do Club Agrícola Miguel Calmon, fundado pelos alunos da Escola de Horticultura Wenceslão Bello. É diretor do Club Agrícola o Prof. Geraldo Goulart da Silveira e presidente o horticultor Romeu Rampazzo.

Cooperativismo de Crédito

O BUREAU INTERNATIONAL DU TRAVAIL, em sua excelente e brilhante publicação "*Le mouvement Coopératif et les problèmes actuels*" (1945) diz que *as cooperativas rurais de crédito constituem: o grupo mais importante das cooperativas agrícolas no mundo.*

O número de seus membros representa quase a metade dos membros das cooperativas agrícolas de todos os tipos, com exclusão das sociedades de seguros mútuos, e 24 por cento dos membros de todas as cooperativas urbanas e rurais do mundo.

O desenvolvimento das cooperativas rurais de crédito não põe somente em evidência a necessidade imperiosa para o pequeno agricultor de procurar crédito a curto e a médio prazo; é preciso depender também da aptidão elevada da cooperação para satisfazer essa necessidade.

Acentua ainda que, exceto, num número extremamente pequeno de países, nos quais circunstâncias excepcionais se encontram, podem os bancos ordinários interessar-se pelo crédito agrícola, que envolve despesa de uma multidão de pequenas contas para operações modestas. O Estado pode ser desinteressado como prestamista; mas, quando se aventura a distribuir diretamente créditos aos pequenos agricultores, sua ação carece muitas vezes de eficácia e segurança. Quase todas as experiências tentadas nesta direção foram abandonadas.

"A virtude da cooperativa rural de crédito não é somente seu desinteresse; é a proximidade das necessidades que satisfazem, é a simplicidade, a eficácia de seu mecanismo e a segurança de suas operações. Estabelecida a escala de suas operações, a instituição é geralmente pequena e funciona por assim dizer, sem despesas. Ela pratica o crédito pessoal, fundado não sobre a propriedade do que pede emprestado, mas unicamente ou principalmente sobre suas qualidades de trabalho, de economia, de sobriedade. Ela o faz com pleno conhecimento, pois todos seus membros conhecendo-se podem saber as necessidades reais, a solvabilidade de cada um, verificar que o empréstimo consentido recebe bem o prudente, pois suas dívidas são garantidas destino para o qual foi pedido. Ela o faz com a responsabilidade solidária de todos os sócios. Seus recursos são, de uma parte, as economias de seus membros, algumas vezes os

depósitos de economia de outras pessoas e, também, créditos bancários que seriam recusados a cada um dos pequenos cultivadores, isoladamente, mas que em grupo solidário obtêm facilmente. Muitas vezes o Estado, reconhecendo a perfeita adaptação do órgão à suas funções, faz passar por ela os créditos que consentem à agricultura".

Mais que as leis contra a usura, frisa-se, muito facilmente desviadas com a cumplicidade mesmo dos que pedem emprestado, a cooperativa de crédito, faz por toda a parte recuar o usurário, que, sem ela, seria em muitos países, o único e indispensável dispensador do crédito necessário.

As cooperativas rurais de crédito, como frisei, nasceram na Alemanha no curso da segunda metade do século XIX. A primeira cooperativa rural de crédito foi criada por Raiffeisen em 1862, no território renano. Foi o tipo da cooperativa dito "Caixa Raiffeisen", com um pequeno capital social ou sem capital, que serviu (com ligeiras modificações considerando as diversidades das condições nacionais) de modelo as cooperativas rurais de crédito fundadas através do mundo com o designo de fornecer crédito aos pequenos agricultores e os incitá-los a economia.

"Entretanto, em um certo número de países em que elas foram estabelecidas, as cooperativas rurais de crédito não são limitadas aos empréstimos e à economia; elas são ocupadas igualmente nos fornecimentos de mercadorias para os lavradores agrícolas e suas famílias, e, em menor escala, da venda de certos produtos de seus membros, preparando-se para substituir o comerciante da aldeia não somente como fonte de crédito mas também como fornecedor e comprador das colheitas. Na Alemanha, por exemplo, as sociedades cooperativas rurais de crédito tinham, em 1937 um número de compras em mercadorias de 408 milhões de marcos. A Bulgária forneceu um exemplo notável, inteiramente típico, da variedade das empresas nas quais estão empenhadas algumas de 200 cooperativas rurais de crédito: 3.000 armazéns de consumo, 473 leiterias, 113 fábricas de conservas, um certo número de centros de venda de ovos, padarias, etc. Existem entretanto países, (a Tchecoslováquia por exemplo), onde a legislação prevê que as cooperativas distintas devem ser crea-

das para outras atividades que não o crédito". Tem assim caráter misto.

As cooperativas de crédito, como as cooperativas rurais.

Encontrou-se federações que reúnem unicamente cooperativas de crédito. Na Suíça, por exemplo, em 1937, 640 caixas Raiffeisen, com 60.000 membros estavam filiadas à União Suíça das caixas de crédito mútuo (sistema Raiffeisen) que serve igualmente de caixa central para suas sociedades; na Holanda, antes da guerra havia 1.300 cooperativas de crédito, que reuniam 234.000 membros; eram filiados a duas federações distintas: o Banco Cooperativo Central Agrícola e o Banco Central Cooperativo Raiffeisen. O segundo tipo de federação, ao qual as cooperativas rurais de crédito estão filiadas a uma federação geral das cooperativas agrícolas, existe, na Alemanha, que possui 1.800 cooperativas de crédito, com 2 milhões de membros que faziam parte, antes da guerra, da União Alemã das cooperativas agrícolas e das caixas Raiffeisen. Na Tchecoslováquia (6.000 cooperativas, com 1.440.000 membros) e na Polônia (3.700 cooperativas, com 816.000 membros) as cooperativas rurais de crédito fazem parte de um certo número de federações agrícolas gerais estabelecidas em diferentes províncias. Na Jugoslávia, 4.300 cooperativas de crédito com 415.000 membros, estão filiadas à uma federação do segundo tipo.

"Fora da Europa, era na Índia, que elas formavam a categoria de cooperativas mais importante, que as cooperativas de crédito tinham atingido, antes da guerra, seu maior desenvolvimento (80.000 sociedades, com... 620.000 membros), assim como na China... (20.000 sociedades, com 700.000 membros). No Japão se contavam 12.000 cooperativas agrícolas, compreendendo perto de 5 milhões de membros, as quais funcionavam igualmente como cooperativas de crédito.

No continente americano, a província canadense de Quebec tinha a vanguarda com 500 cooperativas rurais de crédito e 55.000 membros, em 1937".

Em outros países Argélia, Alemanha, Bulgária, Finlândia, França, Grécia, Hungria; Japão; Madagascar; Marrocos; México; Polônia; Romênia; Turquia e Jugoslávia), o Estado participava da constituição do capital das caixas centrais de crédito, nas quais as cooperativas locais de crédito podiam fazer empréstimos. Em França como vimos, 6.000 caixas locais, com 589.000 membros filiam-se a Caixa Nacional de Crédito Agrícola; na Hungria, 1.000 cooperativas de crédito, com 420.000 membros, filiavam-se à Caixa Central das Sociedades Cooperativas de Crédito.

(DO SERVIÇO DE ECONOMIA RURAL. DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA).

SE JÁ FÔRES SÓCIO da Sociedade Nacional de Agricultura,

PROPÔE UM AMIGO,

Lavrador ou Criador

SE NÃO O FÔRES,

pede a tua inscrição, diretamente.

E com isto, terás contribuído para o

Fortalecimento da Classe Rural Brasileira

A ÚNICA ARMA



para vencer crises e construir nações!

"Os instrumentos para o amanho da terra deverão ser produzidos dentro das fronteiras do Brasil". Esse princípio orientou a fundação da INDÚSTRIA METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A., precisamente há 10 anos. E o Dia do Trabalho, primeiro de nossas atividades, infundiu maior confiança ao ideal que alimentávamos: dar ao Brasil a sua própria indústria de máquinas para ajudá-lo a recuperar as suas incalculáveis riquezas naturais. São, porém, decorridos 10 anos. O ciclo da enxada passou. A INDÚSTRIA METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A. avançou mais um passo: fabricou o seu próprio aço. Além de enxadas, produziu laminados para novas linhas

de picaretas e machados... E agora, ao comemorar o seu décimo aniversário, conjuntamente ao Dia do Trabalho, conquista a última etapa do seu ciclo industrial: os seus instrumentos agrícolas e máquinas para a lavoura a serviço do mais vasto plano de mecanização até hoje intentado no Brasil! Encomendando à Fábrica Nacional de Motores 10 mil tratores e à INDÚSTRIA METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A. a fabricação de 50 mil implementos para acompanhá-los, o Governo Federal, pelo Ministério da Agricultura, dá o primeiro grande passo na História econômica do País e consagra o Dia do Trabalho como ponto de partida para a tarefa de construir a grandeza da Nação!



INDÚSTRIA METALÚRGICA N. S. DA APARECIDA S. A.

Máquinas e Instrumentos Agrícolas

Escritório em S. Paulo: Rua 15 de Novembro, 244 - 4º and. — Tel. 2-9339

Escritório no Rio de Janeiro: Av. Rio Branco 39 - 7º and. — Tel. 23-3597

BANCO DO BRASIL S. A.

1808 — 1946

Sede-Rua 1.º de Março, n.º 66, Rio de Janeiro (DF)

TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a. a.
DEPÓSITOS POPULARES (limite Cr\$ 50.000,00)	4 % "
DEPÓSITOS LIMITADOS (limite Cr\$ 100.000,00)	3 % "

DEPÓSITOS A PRAZO FIXO :

Por 6 meses	4 % "
" 12 "	5 % "

COM RETIRADA MENSAL DE JUROS :

Por 6 meses	3 1/2 % "
" 12 "	4 1/2 % "

DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO :

30 dias	3 1/2 % "
60 "	4 % "
90 "	4 1/2 % "

LETRAS A PRÊMIO (sêlo proporcional).

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

O Banco faz tôdas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc., e mantém filiais ou correspondente nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, à Rua 1.º de Março n.º 66, mais as seguintes :
BANDEIRA, Rua do Matoso, n.º 12 — **CAMPO GRANDE**, Rua Campo Grande, n.º 100 — **GLÓRIA**, Praça Duque de Caxias, n.º 23 — **MADUREIRA**, Rua Carvalho de Souza, n.º 299 — **MÉIER**, Av. Amaro Cavalcanti, n.º 95 — **RAMOS**, Rua Leopoldina Rego, n.º 78 — **SAÚDE**, Rua do Livramento, n.º 63 — **TIRADENTES**, Rua Visconde do Rio Branco, n.º 52 — **SÃO CRISTOVÃO**, Rua Figueira de Melo, n.º 360 (esquina da Rua S. Cristovão) e **VILA IZABEL**, rua 28 de Setembro n.º 412.